Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA
CNPJ: 27.316.538/0001-66
Av. Getúlio Vargas, 556, Centro, Vitória- ES, CEP: 29.010-945
http://www.codesa.gov.br

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2019

I. MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano em que a CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo – reassumiu o compromisso de se tornar sustentável economicamente para, assim, reunir condições de melhor exercer sua função social. Assim será reconhecido o ano de 2019 para esta Companhia.

Fiel à linha programática do Governo Federal no sentido de que empresas estatais não possuem alvará para serem deficitárias e, ao mesmo tempo atenta à crescente irresignação da sociedade com atuações estatais ineficientes, a atual gestão da Companhia – a partir de março de 2019 - lançou aos seus colaboradores um desafio conceitualmente simples, mas carregado de pragmatismo, de compromisso com resultado e com o interesse público.

A mensagem era "qualificação do custeio e alavancagem das receitas". Respeito aos direitos e aos contratos, mas nenhuma tolerância com atos antieconômicos ou não suportados em lei.

Sob esta tônica a Companhia criou uma área de gestão de contratos administrativos, responsável por dar higidez aos seus processos de compra, mas também por renegociar contratos visando obter condições mais vantajosas para a sociedade.

Como resultado, uma redução de quase um terço nas despesas de contratos com terceiros, sem qualquer prejuízo para a continuidade das atividades da Companhia. De mesma forma, uma atuação mais diligente na gestão dos recursos humanos, atenta às recomendações dos órgãos de controle, permitiu o aperfeiçoamento da gestão dos riscos trabalhistas e uma significativa diminuição de custos com pessoal, sem qualquer ofensa aos acordos coletivos de trabalho então vigentes.

Em todos os setores da Companhia, uma nova concepção, uma nova forma de enxergar a realização de despesas. Um árduo, mas recompensador esforço de persuasão, conduziu esta Companhia a níveis mais altos de maturidade em sua governança.

Neste mesmo compasso, para atingir o seu recorde histórico de faturamento (R$158,4milhões), a Companhia reposicionou a abordagem perante o mercado. Integração de equipes internas, adoção de técnicas de inteligência competitiva, antecipação à dinâmica das demandas, tudo sob o objetivo de aperfeiçoar a prospecção de cargas e de clientes.

Para além disso, desenvolveu importante trabalho na revisão das tarifas praticadas e tratou como prioritária a recuperação de créditos, o que reverteu a tendência de alta dos níveis de inadimplência que se verificava desde anos recentes até o primeiro quadrimestre de 2019.

Nos aspectos operacionais, também uma mudança de paradigma. Em tempos de escassez de recursos públicos para financiar novos investimentos portuários, vimos reforçada a nossa convicção de que os investimentos realizados no passado devem ser honrados pelos gestores do presente. É uma racionalidade pautada na ideia de que bons projetos pertencem à sociedade, à instituição, pelo que não convém, também neste campo, qualquer ímpeto de pessoalidade. Extrair destes investimentos já realizados uma efetiva mais valia para a nossa comunidade portuária passou a ser a diretriz de nossas operações. Não por outro motivo deu-se plena continuidade ao sistema de controle do tráfego marítimo (VTMIS - Vessel Traffic Management Information System), foi concluída a construção do Cais do Atalaia, avançou-se consideravelmente na implantação do Projeto Cadeia Logística Inteligente e foram iniciadas as obras de sinalização náutica, as quais permitirão, enfim, que os benefícios aguardados com a dragagem do Canal de Vitória sejam desfrutados por quem financiou a obra, ou seja, a sociedade.

Por fim, destacamos que, desde 2011, a CODESA vinha apresentando à sociedade demonstrações contábeis que, ano após ano, invariavelmente, ensejavam ressalvas pelas auditorias independentes. Para a atual gestão da Companhia esta não é apenas uma impropriedade técnica. Para nós, estas ressalvas simbolizam a perda da oportunidade de uma empresa estatal prestar contas adequadamente à sociedade. Por isso, muitas horas de trabalho foram empenhadas pelos colaboradores da CODESA neste ano de 2019 para que, enfim, suas demonstrações contábeis sejam levadas a público sem qualquer déficit de credibilidade. Expusemos a Companhia como, de fato, ela é! Este é o dever de transparência assumido pelos gestores públicos quando a sociedade lhes outorga um mandato.

Pensamos que, assim, se reinicia uma promissora jornada de reconquista da confiança, inclusive sob a perspectiva de eventuais investidores privados. Nesta quadra da história, em que a CODESA foi escolhida pelo Governo Federal como a primeira Companhia Docas a ser submetida a um processo de desestatização, se faz sobremaneira relevante a demonstração de que boas práticas de gestão e de transparência podem reconduzir esta Companhia à sua original vocação: gerar riqueza socioeconômica para o Brasil, impulsionar a vida dos capixabas!

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor Presidente

II. RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CODESA alcançou bons resultados econômico-financeiros no exercício de 2019, apesar da consolidação de um cenário de estagnação econômica brasileira no último ano. A empresa manteve foco na recuperação dos resultados econômicos e financeiros, mediante a promoção de ações voltadas para o controle de gastos e aumento das receitas operacionais.

A Companhia alcançou um novo recorde de receita no ano de 2019 ao somar R$ 154,63 milhões de Receita Bruta, valor 6,89% superior ao apurado no exercício anterior, que foi de R$ 144,66 milhões. Por sua vez, a Receita Líquida foi de R$ 137,63 milhões, resultou 6,87% maior, em relação a 2018. O aumento se deu pelo crescimento da movimentação de cargas e pela revisão tarifária autorizada pela ANTAQ através da Resolução nº 6.771 de 14/03/2019, com novos valores vigorando a partir de maio de 2019.

Inversamente, os Custos dos Serviços Portuários tiveram uma leve redução de 0,68%, fechando 2019 em R$ 64,90 milhões ante os R$ 65,34 milhões de 2018. Dentre os itens que compõem os Custos dos Serviços Portuários o de maior representatividade - cerca de 40% - é o gasto com pessoal. Neste item, foi registrada redução de 9,74% no exercício de 2019, em relação a 2018. Esse resultado se deve às medidas saneadoras adotadas pela administração da Companhia - em conformidade com a Controladoria Geral da União (CGU) 181522 e determinação do Ministério da Economia/SEST (Portaria nº 13 de 7 de junho de 2019) – que promoveu a redução do quadro de empregados.

O aumento da receita, somado ao maior rigor no controle dos custos, possibilitou um significativo aumento de 14,64% no Resultado Operacional Bruto da Companhia em 2019, alcançando a marca de R$ 72,74 milhões, ante o valor de R$ 63,45 milhões apurado em 2018.

Por sua vez, as Despesas Administrativas somaram R$ 72,02 milhões, em 2019, representando um aumento de 5,54% em relação a 2018. Responsável por 47,8% dos gastos listados em despesas administrativas, os itens 'Pessoal' e 'Encargos Sociais' somaram, em 2019, R$ 34,42 milhões, que na comparação com o exercício anterior representa um aumento de 25,43%. O aumento verificado decorreu, principalmente, do pagamento dos valores das rescisões dos contratos de trabalho de 55 colaboradores, desligados em 2019.

Esta medida de contenção dos gastos com pessoal e encargos sociais tende a refletir um resultado econômico-financeiro mais positivo para a Companhia já a partir de 2020. Importante frisar que os referidos desligamentos não afetaram a eficiência operacional da Companhia, tendo em vista que no ano de 2019 a CODESA apresentou um aumento na tonelada movimentada, conforme será descrito adiante.

Importante destacar a redução das Despesas com Serviços de Terceiros: devido à revisão dos contratos existentes e o direcionamento das novas contratações, registrou queda de 28,50% em relação ano anterior, totalizando R$ 3,02 milhões de redução.

Outro destaque é a rubrica de Outras Receitas/Despesas Operacionais, que registra as provisões passivas da Companhia com ações judiciais cíveis e trabalhistas. Dando continuidade as ações saneadoras, a CODESA tornou mais rigoroso o provisionamento das ações judiciais. Isto posto, a rubrica de Outras Despesas Operacionais Líquidas registrou em 2019 um crescimento de 41,68% frente ao ano de 2018, impactando de forma significativa o resultado da Companhia.

Deste modo, o Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro registrou um novo déficit de R$ 7,16 milhões em 2019, uma redução de 33,13% se comparado ao déficit de R$ 10,71 milhões no ano de 2018.

Por sua vez, as Receitas Financeiras Líquidas, compostas principalmente pelos rendimentos das aplicações financeiras e os juros e atualizações monetárias, registraram em 2019 o resultado de R$ 5,01 milhões, um aumento de 45,30% na comparação com os R$ 3,45 milhões registrados no ano anterior.

Outro ponto de destaque é a Variação Monetária Ativa e Passiva, cujo valor corresponde a 84,44% do resultado líquido da Companhia. A Variação Monetária Líquida registrou no ano de 2019 um déficit de R$ 11,68 milhões ante os R$ 11,39 milhões apurados em 2018: aumento de 2,54% na comparação entre os exercícios. Esta rubrica registra os gastos líquidos com a atualização monetária dos passivos que, muitas vezes, não estão sob o controle da CODESA, e é composta, basicamente, pela atualização do saldo da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que no ano de 2019 somou a quantia de R$ 12,03 milhões. Deve-se ressaltar que esta rubrica não gera efeito sobre o caixa da Companhia.

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2019 foi de R$ 13,83 milhões negativos, contudo na comparação com o resultado de 2018, foi possível perceber uma melhora na casa de 25,85%.

O EBITDA, indicador que representa o Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, que em 2018 foi deficitário em R$ 3,13 milhões, registrou, em 2019. um resultado positivo de R$ 454,88 mil, demonstrando que a Companhia está em um processo de recuperação da sua capacidade de caixa.

As informações ora prestadas denotam, em geral um melhor desempenho econômico financeiro da Companhia. Em apenas 9 meses de gestão (abril a dezembro de 2019) o árduo trabalho de qualificação do custeio e de geração de receita - que exigiu reposicionamento da empresa perante seus clientes e mudança de cultura em sua governança - permitiu preparar a Companhia para a obtenção de resultados positivos não apenas em 2020, mas também nos anos subsequentes, a prevalecer a linha programática ora estabelecida pelos administradores da CODESA. Isso se faz perceptível no fato de que a Companhia já teria tido um resultado superavitário no montante de aproximadamente 18 milhões em 2019, resultado este que não se verificou tão somente em virtude das despesas excepcionais recorrentes de rescisão de contratos de trabalho, dos juros sobre adiantamento financeiro de aporte de capital que foram feitos em anos pretéritos pela União e mudança na política para créditos de liquidação duvidosa.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DA CODESA (2015-2019)							
	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2015-2019	Variação 2018-2019
Receita Bruta	**132.951.965**	**134.131.401**	**138.917.796**	**144.661.958**	**154.628.161**	**16,30%**	**6,89%**
(-) Deduções	(14.683.581)	(14.918.625)	(15.397.145)	(15.875.039)	(16.994.176)	15,74%	7,05%
Receita Líquida	**118.268.385**	**119.212.776**	**123.520.650**	**128.786.919**	**137.633.985**	**16,37%**	**6,87%**
(-) Custos Serviços Portuários	(55.279.305)	(59.664.931)	(66.242.529)	(65.338.948)	(64.895.097)	17,39%	-0,68%
Resultado Operacional Bruto	**62.989.079**	**59.547.845**	**57.278.121**	**63.447.971**	**72.738.888**	**15,48%**	**14,64%**
(-) Despesas Administrativas	(56.291.780)	(62.041.308)	(67.532.412)	(68.232.560)	(72.015.278)	27,93%	5,54%
(-) Despesas Tributárias	(1.171.451)	(1.201.360)	(813.965)	(952.204)	(838.990)	-28,38%	-11,89%
(+/-) Outras Rec/Desp Operacionais	6.385.233	5.742.632	(8.304.780)	(4.974.413)	(7.047.690)	-210,37%	41,68%
Resultado Operacional Antes de Resultado Financeiro	**11.911.081**	**2.047.810**	**(19.373.036)**	**(10.711.206)**	**(7.163.069)**	**-160,14%**	**-33,13%**
(+/-)Receitas Financeiras Líquidas	5.130.446	10.107.181	7.934.233	3.448.848	5.011.243	-2,32%	45,30%
(+/-)Variação Monetária At./Pas.	(4.631.098)	(11.407.832)	(14.186.362)	(11.386.752)	(11.675.561)	152,11%	2,54%
Lucro Ope. Antes IR/CS	**12.410.430**	**747.159**	**(25.625.164)**	**(18.649.110)**	**(13.827.387)**	**-211,42%**	**-25,85%**
(-) Imposto de Renda e CSLL	(1.272.144)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	**11.138.286**	**747.159**	**(25.625.164)**	**(18.649.110)**	**(13.827.387)**	**-224,14%**	**-25,85%**
EBTIDA	**22.317.713**	**10.172.888**	**(11.686.259)**	**(3.134.394)**	**454.877**	**-97,96%**	**-114,51%**

Figura 1 – Demonstrações de Resultado da CODESA (2013-2017)

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Porto de Vitória movimentou o total de 6,989 milhões de toneladas no ano de 2019, o que representa um acréscimo de 4,25% em relação ao ano de 2018. Este bom desempenho se deve à boa performance dos berços arrendados, que apresentaram um aumento de carga movimentada da ordem de 4,42%, totalizando 3,712 milhões de toneladas. Os berços públicos, por sua vez, registraram um crescimento de 4,05% em relação a 2018, e somaram 3,277 milhões de toneladas movimentadas. Importante frisar que 2019 registrou a maior movimentação dos últimos 9 anos.

Pelo segundo ano consecutivo, os Terminais Arrendados movimentaram um maior volume de carga do que os Terminais Públicos. Destaques para o Terminal de Vila Velha, que teve uma participação de 45,07% no total de carga movimentada no Porto de Vitória e para o Berço Público de Paul Gusa, que registrou um aumento de carga da ordem de 10,2% em relação ao ano de 2018.

Quanto aos Terminais Privativos, estes apresentaram uma queda de 7,58% quando comparado ao ano de 2018, totalizando 27,725 milhões de toneladas. Enquanto o Terminal de Praia Mole registrou uma ligeira queda de 0,93%, o Terminal de Portocel apresentou uma significativa redução de 20,25%. Os dados resumidos de movimentação são apresentados abaixo, na Figura 2.

Importante ressaltar que no mesmo período, o total movimentado nos Portos Brasileiros apresentou queda 1,6%, segundo a ANTAQ. Esse resultado foi atribuído ao tímido desempenho da economia em 2019 e ao agravamento da a tensão comercial entre Estados Unidos e China. Deste modo, o Porto de Vitória apresentou um crescimento em relação ao demais correntes, aumentando a sua participação no total movimentado no Brasil.

DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS (PESO BRUTO - T)					
Terminal/Cais	**2017**	**2018**	**2019**	**Variação (%) 2019-2017**	**Variação (%) 2019-2018**
Porto Vitória	**6.913.919**	**6.704.349**	**6.989.042**	**1,09%**	**4,25%**
Terminais CODESA	**3.579.281**	**3.149.414**	**3.277.026**	**-8,44%**	**4,05%**
Cais Comercial	456.447	379.103	402.383	-11,84%	6,14%
Cais Capuaba	1.738.427	1.502.496	1.477.493	-15,01%	-1,66%
Cais Paul-Gusa	1.384.407	1.267.815	1.397.150	0,92%	10,20%
Terminais Arrendados	**3.334.638**	**3.554.934**	**3.712.015**	**11,32%**	**4,42%**
Terminal Vila Velha – TVV	2.899.811	3.032.081	3.150.123	8,63%	3,89%
Terminal PEIÚ	365.733	475.891	516.052	41,10%	8,44%
Flexibrás	69.094	46.963	45.840	-33,66%	-2,39%
Terminais Privativos	**30.225.256**	**29.997.899**	**27.725.538**	**-8,27%**	**-7,58%**
Praia Mole	**20.764.583**	**19.628.823**	**19.446.738**	**-6,35%**	**-0,93%**
Barra do Riacho (Portocel)	**9.254.494**	**10.207.828**	**8.140.843**	**-12,03%**	**-20,25%**
Barra do Riacho - Portocel	6.851.432	7.273.578	5.221.538	-23,79%	6,16%
Barra do Riacho - Barcaças	2.403.062	2.934.250	2.919.305	21,48%	22,10%
TABR - Petrobras - Barra do Riacho	**206.179**	**161.248**	**137.957**	**-33,09%**	**-14,44%**
Total Geral	**37.139.175**	**36.702.248**	**34.714.579**	**-6,53%**	**-5,42%**
Total Geral Containers (em TEU's)	**200.755**	**210.407**	**226.594**	**12,87%**	**7,69%**

Fonte: Codesa Online / Antaq.

Figura 2 – Demonstrativo Operacional – Movimentação de Carga (Peso Bruto – t)

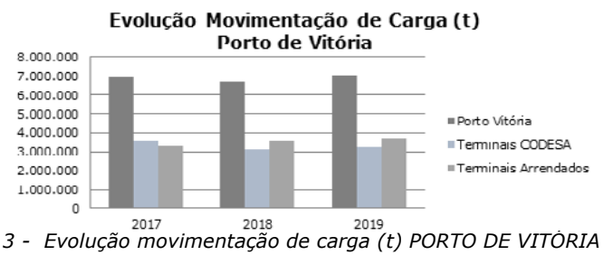

Figura 3 - Evolução movimentação de carga (t) PORTO DE VITÓRIA

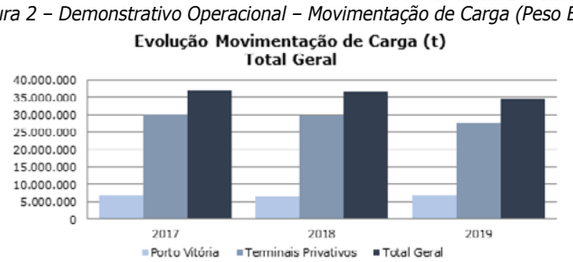

Figura 5 - Evolução movimentação de carga (t) TOTAL GERAL

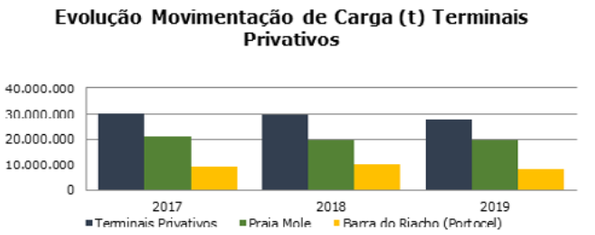

Figura 4 - . Evolução movimentação de carga (t) TERMINAIS PRIVATIVOS

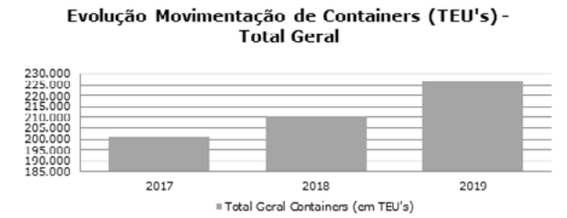

Figura 6 - Evolução movimentação de Containers (TEU's) – TOTAL GERAL

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

Em seguida, são apresentados na Figura 7, o ranking das principais mercadorias movimentadas no Porto de Vitória do ano de 2019. O grande destaque foi fertilizante, cuja movimentação superou a barreira de um milhão de toneladas movimentadas, representando um crescimento de 52,45% em relação a 2018. Outros destaques são a movimentação de ferro gusa (29,29%), derivados de petróleo (-1,94%) e cereais agrícolas (12,05%). Concentrado de cobre, Coque de hulha (-43,08%) e mármore e granito em bloco (-43,32%) também foram mercadorias relevantes, apesar da forte queda no volume movimentado das duas últimas (mármore e granito) quando comparado com o acumulado do ano anterior. Juntas, as mercadorias mencionadas acima responderam por mais de 50% do total movimentado pelo porto no ano de 2019.

Figura 7 - Movimentação de cargas nos terminais administrados pela CODESA 2019(t)

Conforme indicado na Tabela 3 o Porto de Vitória recebeu 1.282 atracações em 2019, o que representou um crescimento de 15,60% em relação a 2018, tendo os Terminais da CODESA apresentado acréscimo 26,57%. Houve ainda leve aumento no comparativo com o ano anterior para os Terminais Arrendados 1,64% e uma queda significativa nos Terminais Privativos da ordem de -17,14%. O aumento no número de atracações acabou por impactar também os índices de tempo de espera de navios, conforme descrito nas tabelas 4 e 5.

DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - Nº ATRACAÇÕES					
Terminal	**2017**	**2018**	**2019**	**Variação 2019-2017**	**Variação 2019-2018**
Porto Vitória	**1.256**	**1.109**	**1.282**	**2,07%**	**15,60%**
Terminais CODESA	736	621	786	6,79%	26,57%
Terminais Arrendados	520	488	496	-4,62%	1,64%
Terminais Privativos	**1.712**	**1.604**	**1.329**	**-22,37%**	**-17,14%**
Praia Mole	524	504	495	-5,53%	-1,79%
Barra do Riacho	1.127	1.050	785	-30,35%	-25,24%
TABR - Petrobras - Barra do Riacho	61	50	49	-19,67%	-2,00%
Total Geral	**2.968**	**2.713**	**2.611**	**-12,03%**	**-3,76%**

Figura 8 - Demonstrativo Operacional – Nº Atracações

O aumento no número de atracações, acarretou, como esperado, em um aumento do Tempo Médio de Espera de Navios. Deve-se frisar que o índice também foi fortemente impactado pelo período chuvoso nos meses de novembro e dezembro, justamente no período de maior demanda nos berços que operam Granel Sólido – Cais de Capuaba, Peiú e Paul-Gusa.

Demonstrativo Operacional - Tempo Médio de Espera de Navios (h)					
Terminal	**2017**	**2018**	**2019**	**Variação 2017-2019**	**Variação 2018-2019**
Porto Vitória					
Terminais CODESA					
Vitória	17,30	18,28	8,13	-53,01%	-55,51%
Capuaba	52,50	20,08	83,37	58,80%	315,14%
Terminal Paul-Gusa	53,00	23,69	65,49	23,57%	176,42%
Terminal São Torquato	-	-	-	-	-
Terminais Arrendados					
Terminal Vila Velha - TVV	22,60	20,45	13,36	-40,88%	-34,66%
Terminal Peiú	14,90	20,32	34,12	128,99%	67,91%
Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás	3,30	5,65	7,45	125,76%	31,86%
Terminais Privativos					
Praia Mole	375,60	462,60	209,80	-44,14%	-54,65%
Barra do Riacho	86,70	72,90	7,50	-91,35%	-89,71%
TABR - Petrobras - Barra do Riacho	25,50	23,20	17,70	-30,59%	-23,71%

Figura 9 - Demonstrativo Operacional - Tempo Médio de Espera de Navios (h)

Já o índice de ocupação médio de berço foi impactado por conta do fraco desempenho do primeiro quadrimestre do ano, enquanto o segundo semestre teve um forte crescimento da demanda pelo Porto de Vitória.

Demonstrativo Operacional - Taxa Média de Ocupação Berço					
Berço	**2017**	**2018**	**2019**	**Variação 2019-2017**	**Variação 2019-2018**
Porto Vitória					
Terminais CODESA					
Capuaba					
Capuaba 201	52,01%	50,24%	56,77%	9,14%	12,99%
Capuaba 202	61,89%	51,99%	57,50%	-7,10%	10,60%
Capuaba 207*	-	-	-	-	-
Terminal Paul					
Paul 905	81,46%	86,55%	78,60%	-3,51%	-9,19%
Terminal São Torquato					
São Torquato 902	-	-	-	-	-
Vitória					
Cais Comercial 101	54,51%	30,92%	32,76%	-39,89%	5,96%
Cais Comercial 102	63,60%	81,73%	20,44%	-67,86%	-74,99%
Cais Comercial 103	71,98%	63,99%	52,76%	-26,70%	-17,55%
Cais Comercial 104**	-	-	-	-	-
Terminais Arrendados					
Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás					
Flexibrás 906	75,84%	65,68%	61,28%	-19,20%	-6,69%
Terminal Peiu					
Peiú 206	51,07%	59,88%	70,68%	38,40%	18,03%
Terminal TVV					
TVV 203	52,29%	48,59%	52,65%	0,69%	8,37%
TVV 204	52,48%	48,82%	52,10%	-0,72%	6,73%

**Berço 207 em obra | **Berço disponibilizado para apoio a operações offshore.*
Fonte: CODESA Online.
Figura 10 - Demonstrativo Operacional - Taxa Média de Ocupação Berço

3. INVESTIMENTOS

A CODESA realizou no ano de 2019 o montante de R$ 14,665 milhões em investimentos, sendo que parte dos valores executados teve origem no Orçamento Geral da União (OGU) representando 95,60% do total investido, totalizando a quantia de R$ 14,019 milhões. Os demais investimentos, da ordem de R$ 645 mil, foram com recursos próprios da Companhia.

Na comparação com os R$ 42,085 milhões executados em 2018, o investimento total realizado no exercício apresentou queda de 65,15%, provocada principalmente pela conclusão, em 2019, de duas das principais obras listadas entres as ações com fonte de recursos originada no Orçamento Geral da União (OGU), a construção do novo Cais na região dos Dolfins do Atalaia e a implantação do Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (Vessel Traffic Management Information System - VTMIS). Importante ressaltar que os investimentos realizados com recursos próprios tiveram um crescimento de 39,38% na comparação entre os anos, com a execução de R$ 645 mil em 2019 e R$ 463 mil em 2018.

Na execução orçamentária realizada em 2019, destacamos que a obra de construção do novo Cais, em substituição aos Dolfins do Atalaia, somou R$ 9,756 milhões, representando 69,59% do valor investido com Recursos da União no exercício. Cabe destacar ainda, as ações de implantação do Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e Cadeia Logística e do Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS), que se encontra em operação. Com relação a estes e outros r projetos, os mesmos estão apresentados, com os devidos detalhamentos, na sessão Fatos Relevantes deste documento.

INVESTIMENTOS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Rúbricas	**Valores Executados (R$)**		
	2018	**2019**	**Variação**
Investimentos	42.085.350	14.664.803	-65,15%
Recursos Próprios	463.311	645.767	39,38%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática	0	37.677	100,00%
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	321.457	0	0,00%
Manutenção e Adequação de Bens Móveis	137.704	433.950	215,13%
Estudos e Projetos para a Infraestrutura Portuária	4.150	173.600	4083,13%

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

Construção Sistema de Apoio a Gestão do Tráfego de Navio - VTMIS	0	0	0,00%
Implantação de Sistema Portuário para Monitor. Carga da Cadeia Logística	0	0	0,00%
Implantação Programa Conformidade Gerenciamento Res. Sólidos e Efluentes	0	0	0,00%
Construção de Cais na Região Dolfins do Atalaia	0	540	100,00%
Construção do Porto de Águas Profundas na Costa do Espírito Santo	0	0	0,00%
Recursos da União	41.622.040	14.019.036	-66,32%
Construção de Cais na Região Dolfins do Atalaia	31.568.850	9756.192	-69,10%
Implantação Programa Conformidade Gerenciamento Res. Sólidos e Efluentes	0	0	0,00%
Implantação Sistema de Apoio a Gestão do Tráfego de Navio - VTMIS	4.064.626	3.041.130	-25,18%
Implantação de Sistema Portuário para Monitor. Carga da Cadeia Logística	5.988.464	1.122.714	-79,60%
Estudos e Projetos para a Infraestrutura Portuária	0	0	0,00%
Implantação de Sistema de Aoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária	0	0	0,00%
Estudos para Planejamento do Setor Portuário	0	0	0,00%

Figura 11 – Investimento – Execução orçamentária

4. GESTÃO DE PESSOAS

Desdobrada em duas vertentes de atuação, a Coordenação de Recursos Humanos, alinhada à nova gestão da empresa, desempenhou ações estratégicas para o bom desempenho da empresa. Atuou, de forma significativa, junto a demandas de outros setores, como o projeto da mudança para a nova Unidade de Administração e Negócios.

Como resultado, o contrato de aluguel firmado pelo prazo de 10 anos, importará, em favor da CODESA, o Valor Presente Líquido positivo de R$ 3.615.979,83 (três milhões seiscentos e quinze mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos).

O estudo de viabilidade elencou os benefícios tangíveis como: **(a)** redução das despesas de pessoal, sobretudo em relação à rubrica "adicional de risco portuário"; **(b)** redução dos custos de contratação dos seguros de vida dos colaboradores e terceiros, pois as atividades desenvolvidas próximas às áreas operacionais oneram os seguros; **(c)** redução do valor pago a título de imposto sobre a renda; **(d)** possibilidade de rentabilizar as áreas administrativas ociosas; **(e)** redução dos custos de manutenção; **(f)** redução dos custos com insumos administrativos; **(g)** redução dos custos com mão de obra terceirizada (sobretudo, contrato de limpeza e manutenção).

Dentre os benefícios intangíveis, listou-se: **(h)** melhoria organizacional, mediante modernização de equipamentos e espaço físico; **(i)** melhoria operacional; **(j)** redução do risco de acidentes de trabalho; **(k)** redução do passivo trabalhista, em vista da melhor adequação às normativas de segurança do trabalho; **(l)** melhoria da comunicação interna, mediante superação das barreiras físicas e promoção de maior contato entre as áreas; **(m)** incremento dos controles internos e do fluxo de informações; **(n)** aumento da produtividade individual e melhoria na qualidade de vida dos empregados.

Merece registro, também, a modernização do Programa de Estágio da CODESA com o redimensionamento de vagas, bolsas e carga horária, além da criação de vagas para estudantes de pós-graduação, que gerou mais atratividade e contribuiu para a melhoria da qualidade do programa. A economia desta ação é projetada em R$ 500 mil/ano.

Com o objetivo de apoiar medidas necessárias ao saneamento da folha de pagamento, implementou-se o Plano de Demissão Assistida, com o qual, entre outras ações legais, resultou na redução de cerca R$ 1.087.000,00, projetada para o próximo exercício.

A CODRHU, pelo terceiro ano consecutivo, capitaneou o projeto Porto com Saúde, incentivando a participação dos empregados em evento de corrida e de rua, patrocinando mais de 30 das inscrições. O projeto visa integração, redução do absenteísmo e qualidade de vida no trabalho.

A implantação do 1º Programa de Intercâmbio também merece destaque: através de convênio firmado com empresa de intercâmbio, a CODESA recebeu 6 profissionais estrangeiros, recém-formados, que durante 45 dias desenvolveram de projetos relacionados às áreas anfitriãs.

Na área de treinamento, lançou o Plano de Capacitação 2019/2020, cujo escopo abrange cursos transversais e específicos, categorias que buscam alinhamento aos propósitos estratégicos, obrigações legais da empresa e necessidades pontuais de aprimoramento; realizou a Semana da Integridade, momento em que foram oferecidos cursos de Legislação e *Compliance*, Governança, Gestão de Riscos e Cultura da Integridade; e implantou o Programa de Capacitação Interna para Dirigentes (Lei 13.303/2016), quando foram ofertados conteúdos pertinentes, por meio de palestras e debates aplicados ao contexto da empresa.

O Plano de Saúde de Autogestão teve destaque pelo aumento do Índice de Desenvolvimento da Saúde Suplementar (IDSS) em 0,236 pontos, resultado divulgado pela Agência Nacional de Saúde. O IDSS é calculado com base em vários indicadores, tais como cumprimento das obrigações financeiras, qualidade de atendimento aos clientes, oferta de rede credenciada, assistência aos usuários e cumprimento das obrigações de maneira satisfatória e dentro do prazo estabelecido pela Agência Reguladora. Com este aumento, a CODESA obteve o melhor índice nacional entre as 20 do seu segmento.

5. MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA

Objetivando a continuidade de uma cultura ambiental na condução das operações portuárias, foram realizadas reuniões trimestrais com os Operadores Portuários, a fim de alinhar possíveis situações que venham de encontro à legislação ambiental. Nessas reuniões foram apresentados os resultados obtidos nas fiscalizações ambientais e discutidas as ocorrências registradas. Além disso, buscando reforçar o compromisso com a população situada em área de influência da atividade portuária, enquanto estratégia de integração e construção de um espaço de diálogo, foram realizadas quatro reuniões com os comitês comunitários de Vitória e Vila Velha e três visitas a comunidades diretamente afetadas.

A Coordenação de Meio Ambiente e Segurança do trabalho (COMAST) realizou a II Semana de Meio Ambiente do Porto de Vitória – com atividades educativas e culturais; apoiou os projetos 'Mangueando na Educação' e 'Verão nos Parques e Praças', da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), voltados para a preservação do mangue e suas espécies. E junto com a Prefeitura de Vila Velha, participou de palestras de educação ambiental em escolas da rede pública, e da Caminhada Ecológica na comunidade de Ilha das Flores, ocasião em que a empresa distribuiu a revista produzida pela CODESA, denominada 'Juntos pela Coleta Seletiva'. Também participou das comemorações do Dia Mundial da Água, promovido pela PMVV, no Parque da Prainha.

Já o programa de visita da Cidade ao Porto, conduzido pela Coordenação de Comunicação, recebeu 37 instituições como, escolas, faculdades e Organizações Não Governamentais (Ongs), em visitas técnicas. Um total de 1.124 pessoas participaram no projeto e, além de conhecerem as instalações portuárias, a história e as ações ambientais da empresa.

Diversas ações também foram realizadas no âmbito da Saúde e da Segurança do Trabalho. Em parceria com a PMV, realizou palestra sobre o combate à dengue, com distribuição de folders com as ações de controle ao *Aedes aegypt*; em parceria com o OGMO-ES, recebeu a Vigilância Epidemiológica da PMV para vacinação contra tríplice viral, hepatite B, dupla bacteriana e febre amarela à comunidade portuária. Foram atendidos mais de 500 pessoas e realizadas mais de duas mil imunizações.

Em parceria com o Sest/Senat realizou a 'Campanha Nacional de Redução de Acidentes e Roubos de Cargas e Passageiros nas Rodovias', na portaria de Capuaba, tendo feito 202 atendimentos, como: aferição de pressão arterial, glicemia, orientações posturais e cálculo de IMC, além da entrega de cartilhas e brindes.

6. IMAGEM E RELACIONAMENTO COM O MERCADO

6.1 Business

Em março de 2019, pela 20ª vez, a CODESA marcou presença na Intermodal South America, em São Paulo, um dos maiores eventos de logística e transportes do mundo. Em um estande moderno, pensado para gerar impacto na imagem da marca e o fomento de negócios, o Porto conseguiu se destacar como um dos espaços mais disputados da feira. No total, 150 reuniões comerciais foram realizadas pelos parceiros no estande, enquanto a equipe do Porto de Vitória realizou quase 100 reuniões/atendimentos nos três dias de evento. Nos dois casos, mais de 65% foram atendimentos com foco comercial. Os demais foram reuniões de trabalho com instituições do segmento, autoridades, representantes de outros portos e atendimentos à imprensa.

Em conjunto com os ministérios da Infraestrutura e da Economia, mas conduzido pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, foi desenvolvido um programa de Benchmarking de Modelagem de Governança, proposto pela CODESA, com foco no aprofundamento de modelos de gestão de portos. Foram visitados os portos de Leixões e Lisboa (Portugal), Algeciras, Valencia e Barcelona (Espanha), Antuérpia (Bélgica) e Rotterdam (Holanda), esses geridos no modelo landlord. Para melhor compreensão do funcionamento de portos privatizados foram visitados alguns modelos de portos australianos (Sydney, Brisbane e Melbourne) e britânicos (Londres).

Os grupos de trabalho colheram informações importantes e necessárias ao desenvolvimento da modelagem para a CODESA, além de conhecerem estratégias que já começaram a ser aplicadas para o incremento de competitividade.

Enquanto se define o modelo de desestatização, a empresa busca se aprofundar no relacionamento com o mercado. As áreas de marketing e planejamento foram reestruturadas, com prioridade para o relacionamento e a inteligência comercial. O resultado não poderia ser diferente: clientes satisfeitos, com performances mais ousadas. O ano fechou com 7 milhões de toneladas movimentadas, o melhor resultado em oito anos; recorde histórico de receita (R$ 158 milhões) e crescimento real no volume de cargas importantes como veículos, adubo, fertilizante, malte e ferro gusa.

6.2 Comunicação

Na linha de fortalecimento da imagem, o papel da Coordenação de Comunicação tem sido fundamental para transmitir o novo momento de transição da empresa: uma gestão técnica, transparente com foco no mercado e fortalecimento da relação institucional com o segmento portuário e as instâncias de governo. Ao mesmo tempo reforçar o papel da CODESA como indutora do desenvolvimento regional e fortalecer os laços de afetividade junto à população.

Para o público externo as mídias sociais passaram a ser utilizadas, de maneira sistêmica e crescente, numa forma de fortalecer a relação Porto – Cidade. Cada mídia – Fanpage, Instagram e Twitter – tem seu perfil específico e essas peculiaridades são observadas para a divulgação dos temas/assuntos de interesse do porto. Para o público interno foram criados novos

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

canais, com a implantação da TV indoor (inclusive na área operacional) e a linha de transmissão no WhatsApp, que têm se mostrado bastante eficiente para o compartilhamento de informações.
Na relação com a sociedade, busca-se destacar as parcerias firmadas, sobretudo das empresas que atuam na operação, numa forma de reforçar a confiança na gestão portuária e atrair clientes para que participem e invistam no crescimento do porto. O site da CODESA ganhou um novo layout, tipo responsivo, bilingue para Inglês, que se apresenta atualizado em todo seu conteúdo. A capa destaca aquilo que é a atividade fim da empresa: a operação. No site, encontra-se disponível, ainda, todo e qualquer tipo de informação necessária às ações de transparência da empresa.

7. FATOS RELEVANTES

7.1. Construção do Cais do Atalaia

Outro ponto relevante são as obras do cais do Atalaia que foram concluídas e entregues em 23 de junho de 2019. Trata-se de um cais corrido, do tipo Dinamarquês, com 264,33m de comprimento, com profundidade do Berço de atracação de 14,00m para navio tipo Panamax (242m, calado máximo de 12,50m). A retroárea conta com 20.000 metros² pavimentados.
O cais é todo monitorado por circuito fechado de televisão, com 14 câmeras estrategicamente instaladas e operando pelo Centro de Controle e Comunicação (CCCOM), da CODESA, 24 h por dia, todos os dias da semana.
Aguarda-se a conclusão do processo de retorno do Alfandegamento junto à Receita Federal, e liberação das licenças junto ao órgão ambiental (IEMA), para retomar sua operação.

7.2. *VESSEL TRAFFIC MANAGEMENT INFORMATION SYSTEM* - VTMIS

Um grande investimento em tecnologia que elevou o Porto de Vitória ao status de único porto público brasileiro a operar com o sistema de informação e gerenciamento de tráfego de embarcações, confirma sua importância para a segurança marítima. A implantação do VTMIS (Vessel Traffic Management Information System) completou dois anos de operação em setembro/2019 e os resultados superaram as expectativas.
Em 2019 foram realizadas mais de 223.836 mil ações de controle de tráfego, com potencial incremento da segurança da navegação. Um total de 2.361 embarcações movimentaram os portos de Vitória, Praia Mole e Tubarão – os dois últimos compõem a área de cobertura do sistema. Além dos navios comerciais e militares, o balanço das atividades do VTMIS abrange o monitoramento de barcos pesqueiros, de passeio, lazer e eventos náuticos, inclusive à noite, por meio de câmeras de imagem térmica de longo alcance, radares, AIS e comunicação em VHF. (vide Planilha abaixo). O mais importante aspecto: nenhum acidente de navegação ocorreu nesse período.

7.3. Programa de Modernização da Gestão Portuária – PMGP

A nova regulamentação dos portos, abarcada pela Lei 12.815/2013 propôs impulsionar, ampliar e modernizar o desenvolvimento da infraestrutura e serviços portuários brasileiros. O resultado da Lei foi benéfico para a Nação, já que os portos brasileiros têm importante papel na balança comercial brasileira, sendo responsáveis por 95% da movimentação do comércio exterior.
No contexto da modernização dos portos foi adotado um modelo de visão geral dos processos, voltado para o futuro. Nesse padrão há direcionadores que criam bases para a proposição dos processos futuros e estruturas organizacionais das Companhias Docas, fornecendo as diretrizes para organizar as funções e desenvolver as opções de estrutura organizacional futura. Ou seja, há propostas concretas de direcionamento estratégico para orientar as Companhias Docas.
Em 2016 a CODESA contratou uma empresa especializada que apresentou os produtos e as etapas de implantação do Programa na estatal. Com a implantação do PMGP, foi desenvolvido o gerenciamento de processos de negócios da CODESA, onde foram desenhados cerca de 40 processos gerando assim a "arquitetura de processos" da Companhia.

7.4. VIX 30 – TGL

Outro fato relevante na história da CODESA foi o leilão para implantação do Terminal de Graneis Líquidos (TGL) em Capuaba. A proposta denominada Vix 30 foi arrematada pelo Consórcio Navegantes Logística (composto pelas empresas Raízen, Ipiranga e BR Distribuidora) por R$ 165 milhões, durante evento na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, em março de 2019.
O arrendamento será por 25 anos e o projeto receberá investimentos da ordem de R$ 128 milhões. O Terminal de Granéis Líquidos será construído numa área greenfield, de 74,1 mil m², e ampliará a capacidade de movimentação de combustíveis no Porto de Vitória em 1,76 milhões de toneladas/ano.
Em dezembro do mesmo ano, o Ministério da Infraestrutura, por meio da SNP, a CODESA e o Consórcio Navegantes Logística assinaram o contrato, em Brasília, firmando, assim, o compromisso de avançar no desenvolvimento do projeto, que é prioritário no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal.
Inicialmente o projeto prevê capacidade de tancagem de 60 mil metros³, buscando atender o mercado de combustíveis do Espírito Santo, gerando 450 empregos diretos e indiretos durante a fase de implantação, e cerca de 300 empregos diretos e indiretos no início das operações.
Os próximos passos: o consórcio deverá cumprir todas as exigências dos órgãos ambientais para obtenção das respectivas licenças, bem como as necessárias e importantes etapas do debate com a comunidade do entorno de Capuaba.

7.5. Governança e Transparência

A identidade de uma organização é seu conjunto de propósitos: Missão, Visão Valores e Princípios. A partir desses conceitos são desenhados seu sistema de governança, ou seja, como a empresa será administrada. Nesse sentido, a governança envolve políticas, regulamentações, cultura e processos.
Para auxiliar as empresas, a SEST/ME criou o Indicador de Governança – IG-SEST, que visa à implementação das melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa. Trata-se de instrumento de acompanhamento contínuo que avalia o cumprimento dos requisitos da Lei 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto 8.945/2016, e das diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).
Os objetivos institucionais do IG-SEST foram implementados como mecanismos de avaliação de políticas públicas, de internalização da Lei de Responsabilidade das Estatais e avaliação de governança corporativa das empresas estatais federais.
A CODESA, sob avaliação da SEST/ME, em seu 4º Ciclo de Certificação, obteve 9.1pontos, mantendo-se no Nível 1 entre as melhores estatais do país (nota divulgada pela SEST em agosto de 2019).
Em quatro ciclos, a CODESA apresentou crescimento positivo e melhoria em cada avaliação, chegando aos 9.1 pontos na certificação IG-SEST. O resultado comprova que a Companhia vem se preparando para obter melhor resultado na próxima avaliação do seu modelo de Governança, conforme apresentado a seguir:

7.6. Unidade de Administração e Negócios do Porto de Vitória

A CODESA, visando ser uma Autoridade Portuária líder no desenvolvimento do complexo logístico multipropósito do Estado do Espírito Santo, reconhecida pela eficiência e flexibilidade no atendimento a grandes e pequenos usuários, tornou-se indutora da economia regional procurando "atrair e disponibilizar as condições de infraestrutura ao complexo logístico, promovendo eficiência, qualidade e sustentabilidade das operações. Em dezembro de 2019, numa decisão histórica, inaugurou nova sede de Administração e Negócios, em novo endereço, na Enseada do Suá, Vitória. Já as Unidades Operacionais continuam funcionando no Cais Comercial de Vitória e em Capuaba, Vila Velha / ES.
A Unidade de Administração e Negócios do Porto de Vitória, está localizada numa região próxima dos principais players da comunidade portuária; a flexibilidade no layout do escritório administrativo, numa concepção de ambiente open office, busca proporcionar a melhoria da comunicação interna, como também da qualidade de vida no trabalho, redução da exposição ao risco, otimização de recursos, redução de custos de manutenção e de mão de obra terceirizada e, de forma geral, contribuir com melhoria do clima organizacional.
O fluxo de caixa:

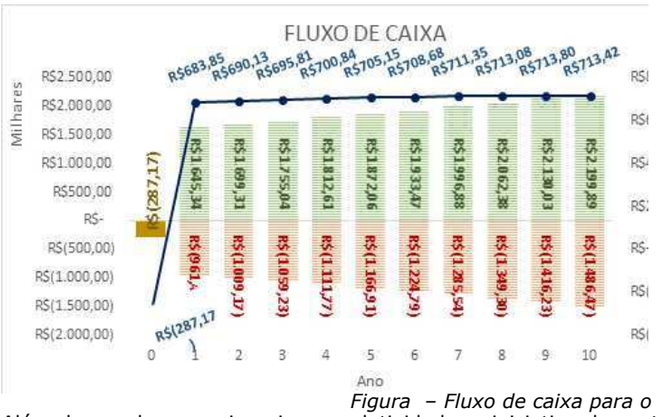

Figura – Fluxo de caixa para o projeto

Além dos ganhos em sinergia e produtividade, a iniciativa de gestão traz redução de custo, VPL positivo e payback a partir do décimo mês de aluguel, mesmo considerando uma possível rescisão contratual, com o advento do processo de desestatização.

7.7. Gestão de Risco

Apesar de estar sendo desenvolvido um projeto para implantação de uma gestão de risco na CODESA desde 2012, há um caminho longo a ser percorrido. A Companhia busca estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades na gestão integrada de riscos, com o objetivo de orientar os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos essenciais às atividades, incorporando a visão de risco à tomada de decisão, pela gestão, em conformidade com as melhores práticas do mercado.
Um importante passo foi a priorização dos 10 riscos que afetariam diretamente as operações do porto, ou seja, a parte central do negócio da CODESA ou de uma área de negócios, e é geralmente definido em função da estratégia da companhia para o mercado, no caso específico o ponto forte e estratégico da atuação da companhia.
• **Risco:** É o efeito das incertezas nos objetivos da empresa, com potencial de impacto sobre diversos aspectos do seu negócio, incluindo: saúde e segurança dos trabalhadores, meio ambiente, comunidades, reputação, regulamentação, mercado, operação, capacidade de geração de caixa, demonstrações financeiras e outros (ISO 31000/2018)

O passo a passo para o mapeamento dos Riscos começa com as coordenações identificando e analisando os riscos, de forma contínua. Para tanto, a alta Administração recomenda tratamento prioritário aos riscos, de acordo com seu impacto e probabilidade de ocorrência.
Os 10 principais Riscos mapeados pela CODESA foram mensurados na Pla-

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

nilha Impacto x Probabilidade, de forma clara e objetiva, facilitando as ações de prevenção de possíveis impactos.

7.8 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura
7.8.1 Áreas Arrendadas/Contratos de Receita

• **Gestão de Riscos:** É a coordenação das atividades de controle dos riscos existentes em uma organização.

A CODESA administra os portos de Vitória e Barra do Riacho, cujas poligonais foram definidas, respectivamente, pelos Decretos nº 8.888/2016 e s/nº de 2015. Dentro das poligonais existem áreas públicas cedidas a terceiros, destinadas à exploração de atividades operacionais, por força de diferentes instrumentos contratuais, tudo em consonância com o disposto na legislação de regência para o setor.

8. AGRADECIMENTOS
Renovamos nossos agradecimentos aos nossos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço.

Vitória, de 12 de março de 2020

DIRETORIA EXECUTIVA

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor Presidente

João Augusto da Cunhalima
Diretor de Infraestrutura e Operações

Bruno Luciano Fardin
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

Jean Ricardo Alves Duque
Diretor de Administração e Finanças

Aprovado na 1837ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva – DIREXE, em 17 de março de 2020.
Aprovado na 536ª Reunião Extraordinária do CONSAD, em 26 de março de 2020.

III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial Findos em 31 de Dezembro
(Em reais)

Ativo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**Passivo e Patrimônio líquido**	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante		**51.996.327**	**85.050.261**	**Circulante**		**20.433.737**	**38.464.466**
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.401.530	65.347.509	Fornecedores	20	4.630.656	5.604.323
				Obrigações sociais e assistenciais	21	5.412.895	6.703.194
Contas a receber de clientes, líquida	5	7.199.318	12.737.452	Obrigações fiscais e trabalhistas	22	2.957.615	5.161.931
Créditos negociado com clientes	6	2.366.871	0	Depósitos, contribuições e consignações a recolher	23	1.076.686	1.734.653
Adiantamentos a funcionários	7	1.849.733	2.171.716	Impostos s/ serviços e repasses	24	271.223	400.028
Estoques	8	91.177	101.734	PSP - adiantamentos de clientes	25	1.663.690	1.408.785
Impostos e contribuições a recuperar	9	8.407.311	3.428.493	Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas	26	3.500.000	4.000.000
Despesas antecipadas	10	244.313	256.660	Provisões para contingências	27	0	13.085.528
Assistência Médica a Recuperar, líquida	11	391.967	0	Credores por depósitos caucionados	28	64.503	90.491
Outros Créditos	12	22.031	1.002	Credores Diversos	29	275.532	275.532
Convênio SEP	13	1.022.076	1.005.695	Passivo de Arrendamento	30	580.935	0
Não Circulante		**544.754.931**	**522.889.221**	**Não Circulante**		**220.419.047**	**254.376.796**
Realizável a Longo Prazo		**83.123.933**	**54.624.856**	Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas	26	24.500.000	26.000.001
Depósitos para recursos judiciais	14	75.697.908	49.356.149	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	31	0	9.801.662
Usuários c/ liminar	15	0	142.880	Provisões para contingências	27	27.353.762	9.266.578
Clientes a Receber	5	3.942.983	0	Outras obrigações	32	7.405.107	7.057.586
Créditos negociados com clientes	6	374.226	0	Obrigações Societárias - AFAC	33	0	202.250.970
Assistência Médica a recuperar, líquida	11	2.671.707	0	Passivo de Arrendamento	30	4.781.545	0
Outros Créditos	16	437.109	5.125.828	Provisão Plano de Pensão PORTUS - Déficit Atuarial	34	156.378.633	
				Patrimônio Líquido		**355.898.474**	**315.098.220**
Investimento	**17**	**1.587**	**1.587**	Capital social integralizado	35.1	297.940.097	297.940.097
Imobilizado líquido	**18**	**461.529.398**	**467.649.741**	Recursos p/ aumento de capital social	35.2	259.062.130	32.349.492
Intangível líquido	**19**	**100.013**	**613.038**	Ajuste de Avaliação Patrimonial	35.3	(20.578.999)	0
				Prejuízo Acumulado	35.4	(180.524.754)	(15.191.369)
Total do Ativo		**596.751.258**	**607.939.482**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		**596.751.258**	**607.939.482**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro (Em reais)			
	Nota	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo		**154.628.161**	**144.661.958**
Receitas operacionais		**119.765.480**	**110.461.725**
Infraestrutura Maritima		31.996.244	27.100.318
Infraestrutura Acostagem		4.062.815	2.752.446
Infraestrututa Terrestre		9.718.701	9.186.595
Movimentação de cargas		24.335.336	23.956.531
Armazenagem		5.375.301	6.008.569
Receitas de contratos		14.254.055	13.501.963
Serviços Diversos		10.188.866	7.923.922
Receitas Extraordinárias		137.463	676.408
Contratos de uso temporário		19.696.699	19.354.973
Receitas por utilização de equipamentos		-	-
Receitas patrimoniais		**34.862.680**	**34.200.233**
Aluguéis e Arredamentos		32.862.680	32.200.233
Concessão uso de área/Infra-estrutura		2.000.000	2.000.000
(-) Deduções		**(16.994.176)**	**(15.875.039)**
Tributos das Receitas Serviços		(16.851.681)	(15.768.407)
Vendas Canceladas		(142.494)	(106.632)
= Receita operacional liquida	**36**	**137.633.985**	**128.786.919**
(-) Custos dos serviços prestados	**37**	(64.895.097)	(65.338.948)
Pessoal		(25.933.366)	(28.731.386)
Encargos Sociais (reclassificado 2018)		(9.773.196)	(8.103.786)
Assistenciais (reclassificado 2018)		(5.387.285)	(5.136.124)
Materiais/Peças e Acessórios		(44.935)	(285.274)
Mão de Obra avulsa (reclassificado 2018)		(1.977.766)	(1.887.260)
Serviços de terceiros		(11.759.008)	(10.844.140)
Utilidades e serviços		(2.504.030)	(2.808.686)
Seguros Diversos		(262.167)	(305.183)
Despesa de depreciação		(7.253.344)	(7.237.109)
= Lucro bruto		**72.738.888**	**63.447.971**
(-) Despesas operacionais		(79.901.957)	(74.159.177)
Despesas administrativas	**38**	(72.015.278)	(68.232.560)
Despesa com pessoal (Reclassificado 2018)		(21.234.850)	(19.438.318)
Despesa encargos sociais (Reclassificado 2018)		(13.185.629)	(8.004.414)
Despesas assistênciais (Reclassificado 2018)		(11.193.419)	(11.164.235)
Despesa orgão colegiado		(537.793)	(445.491)
Despesa com material		(129.099)	(133.272)
Despesa serviço de terceiros		(7.579.192)	(10.600.591)
Depesas gerais		(3.801.050)	(4.577.916)
Despesa com depreciação e amortização		(364.602)	(339.704)
Despesa não dedutiveis		(269.549)	(387.425)
Perdas Estimadas c/crédito liquidação		(6.960.182)	(4.809.169)
Ações Judiciais Trabalhistas\ Civel (Reclassificação)		(6.759.914)	(8.332.024)
Despesas tributárias	**39**	(838.990)	(952.204)
Despesa Impostos e taxas municipais e estaduais		(147.893)	(151.071)
Despesa Impostos e taxas federais		(691.096)	(801.133)
Outras receitas/Despesas operacionais	**40**	(7.047.690)	(4.974.413)
Provisões passivas		(12.205.405)	(9.554.435)
Outros ganhos/perda de capital		79.098	-
Reversões Operacionais		800.000	1.766.292
Receitas Eventuais (Reclassificação 2018)		4.278.617	2.813.730
= Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**41**	**(7.163.069)**	**(10.711.206)**
Receitas (despesas) financeiras líquida		(6.664.318)	(7.937.904)
Receitas Financeiras		6.460.994	5.737.670
Receitas Financeiras		6.064.614	5.000.000
Variações Monetárias Ativas		396.380	737.670
Despesas financeiras		(13.125.311)	(13.675.574)
Despesas Financeiras		(1.053.371)	(1.551.152)
Variações Monetárias Passivas		(12.071.940)	(12.124.422)
= Lucro antes do imposto de renda		**(13.827.387)**	**(18.649.110)**
Contribuição Social		-	-
Imposto de Renda		-	-
= Resultado liquído do exercício		(13.827.387)	(18.649.110)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Demonstração do Resultado Abrangente Findos em 31 de Dezembro (Em reais)		
	31/12/2019	**31/12/2018**
Saldo em 31/12/2018	**(13.827.387)**	**(18.649.110)**
Ajuste Imobilizado	(16.568.807)	-
Valor Provisionado re assist. médica	3.888.216	-
Constituição Provisão déficit atuarial	(138.856.710)	-
ORA - Outros Resultados Abrangentes - Perdas Atuarial	(20.578.999)	-
Ajustes atualização depositos judiciais	-	5.682.324
Outros	31.303	-
Saldo em 31/12/2019	**(185.912.384)**	**(12.966.786)**
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

Demonstração do Fluxo de Caixa Findos em 31 de Dezembro (Em reais)		
	31/12/2019	**31/12/2018**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuizo) Liquido	**(13.827.387)**	**(18.649.110)**
(+) Depreciação e amortização	7.617.946	7.576.813
(+/-) PECLD Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (Reclassificação 2018)	6.722.524	2.937.708
(+/-) Arrendamentos e aluguéis	-	-
(+/-) Provisão para Benefício Pós emprego	-	-
(+/-) Provisão e atualizações Trabalhistas e Fiscais	5.001.656	5.766.196
(+/-) Ajustes de Avaliação Patrimonial	(20.578.999)	-
(+/-) Ajustes de exercicios anteriores	(151.505.998)	5.682.324
= Lucro Ajustado	(166.570.259)	3.313.931

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Duplicatas a receber (Reclassificado 2018)	(1.184.390)	(5.012.125)
Almoxarifado	10.557	(26.542)
Despesas antecipadas	12.347	(26.488)
Créditos renegociados	(2.741.097)	-
Assist Medica a Recuperar	(3.063.675)	-
Outros créditos curto e longo prazo	(26.188.025)	(16.142.722)
Tributos a recuperar/compensar	(4.978.817)	2.636.236
Adiantamento a funcionários	321.982	22.698
Valores a apropriar	(21.029)	1.000
Depósitos Judiciais (Reclassificado 2018)	(26.198.880)	(18.702.711)
Outros créditos a receber	4.688.720	(99.945)
Cliente de longo prazo	(3.942.983)	-
Fornecedores	(973.667)	2.700.174
Impostos a Recolher	(128.805)	(1.153.285)
Alugueis CPC 06	5.362.480	-
Provisão PORTUS	156.378.633	-
Obrigações fiscais e trabalhistas (Reclassificado 2019)	(13.296.277)	(3.466.926)
Receitas diferidas	(2.000.000)	(2.000.000)
Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo	499.407	397.967
PSP - Adiantamento de clientes	254.905	384.518
Credores por depósito caucionados	(25.988)	847
Depósitos contribuições e consignações	(657.967)	57.879
Outras obrigações	347.521	(45.276)
Caixa liquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais	(58.406.688)	(21.416.016)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição investimento	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(17.841.873)	(39.433.678)
Baixa de bens do ativo imobilizado	19.523.177	-
Ajuste depreciação e baixas de bens do ativo imobilizado	(2.665.884)	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-
Caixa liquido/(obtido) nas atividades de investimentos	(984.580)	(39.433.678)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos	-	(257.670)
Recursos Financeiros da união para investimento do imobilizado	-	-
Recursos financeiros /convênio SEP	(16.380)	5.410.043
Recursos financeiros para aumento de capital	24.461.668	58.398.724
Caixa gerado/consumido nas atividades de financiamento	**24.445.288**	**63.551.097**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LIQUÍDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(34.945.980)**	**2.701.403**
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA NO INICIO DO EXERCICIO	**65.347.510**	**62.646.107**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCICIO	**30.401.530**	**65.347.510**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutuções do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro (Em reais)

Discriminação	Capital social	Reserva Legal	Reservas de retenção de lucros	Recursos para aumento de capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	297.940.097	-	-	-	-	(2.224.578)	295.715.519
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	5.682.325	5.682.325
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	-	-	32.349.492	-	-	32.349.492
Resgate ações acionista minoritário	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(18.649.110)	(18.649.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	297.940.097	-	-	32.349.492	-	(15.191.369)	315.098.220
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(151.505.998)	(151.505.998)
Ajustes Avaliação Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**	(20.578.999)	**-**	(20.578.999)
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	-	-	226.712.638	-	-	226.712.638
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-		(13.827.387)	(13.827.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	297.940.097	-	-	259.062.130	(20.578.999)	(180.524.754)	355.898.474

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado Findos em 31 de Dezembro (Em reais)		
	31/12/2019	**31/12/2018**
Receita	**147.525.485**	**141.512.449**
Receita da operação portuária (Reclassificado 2018)	119.765.480	110.461.725
Receita de arrendamentos	34.862.680	34.200.233
Vendas canceladas (Reclassificado 2018)	(142.494)	(106.632)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(6.960.182)	(3.042.877)

Insumos adquiridos de terceiros	**26.349.029**	**29.942.488**
Materiais, água, energia, serviços de terceiros (Reclassificado 2018)	25.817.313	29.249.880
Outros custos	531.716	692.608
Valor adicionado bruto	**121.176.455**	**111.569.961**
Retenções	**7.617.946**	**7.576.813**
Depreciação/Amortização	7.617.946	7.576.813
Valor adicionado produzido pela entidade	**113.558.509**	**103.993.148**

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

Valor adicionado recebido em transferência	**(7.346.610)**	**(9.335.059)**
Receitas Financeiras	6.460.994	5.737.670
Outras Despesas - Provisões Passivas	(12.205.405)	(9.554.435)
Outras (Reclassificado 2018)	(1.602.199)	(5.518.293)
Valor adicionado a distribuir	**106.211.899**	**94.658.089**
Distribuição do valor adicionado	**106.211.899**	**94.658.089**
Pessoal	**89.223.303**	**85.178.261**
Remuneração direta (Reclassificado 2018)	71.453.047	61.244.681
Beneficios a empregados (Reclassificado 2018)	7.253.991	16.300.359
FGTS	9.326.713	4.074.974
Honorários da diretoria	1.189.552	1.291.001
Tributos	**17.690.671**	**16.720.611**
Federais	14.981.021	14.179.233
Estaduais e municipais	2.709.651	2.541.378
Remuneração de capital de terceiros	**13.125.311**	**13.675.574**
Depesas Financeiras	13.125.311	13.675.574
Prejuízo Exercício	**13.827.387**	**18.649.110**
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

IV. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, é dotada de personalidade jurídica de direito privado e regida por legislação que trata do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. Em consonância com a Lei 13.303/2016, que no seu art. 91 autoriza a transformação de sociedades de economia mista de capital fechado em empresas públicas mediante o resgate de ações de propriedade de acionistas privados, foi transformada em Empresa Pública de Capital Fechado, com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária do dia 29/06/2018.
A CODESA tem como objeto social:
a) exercer as funções de Autoridade Portuária no âmbito de portos organizados no Estado do Espírito Santo, o Porto Organizado de Vitória (municípios de Vitória e Vila Velha) e Porto da Barra do Riacho (Aracruz), sob sua administração e responsabilidade, ou localizados em outro Estado, por delegação do Governo Federal;
b) exercer as funções de operador portuário na forma da Lei 12.815/2013, e,
c) desenvolver atividades afins, conexas e acessórias, realizando seu objeto social sempre em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Ministério da infraestrutura.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas e diretrizes contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, normas da CVM, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão, legislação e orientações específicas para empresas da administração federal indireta e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. De toda forma, convém registrar que a inclusão da CODESA no Programa Nacional de Desestatização (vide nota 3.1) não acarreta nenhum risco de solução de continuidade para as atividades da Companhia. O Programa de Desestatização que se encontra sob modelagem pelo Governo Federal (com participação do Ministério Setorial, ANTAQ, Ministério da Economia, alta gestão da Companhia etc) não prevê liquidação da CODESA, mas sim, parte do pressuposto de que a Companhia Docas permanecerá existente, com a possibilidade, todavia, de troca de sua titularidade. Seja como for, esta modelagem, repita-se, tem sido construída sob a intenção de preservar e de tornar mais eficientes as atividades da Companhia.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de Mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 18); Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 5); Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego (Nota 43); Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias, conforme CPC 25 - Em 23 de setembro de 2019 a justiça estadual determinou o bloqueio do valor de R$ 28.142.818 das contas de aplicação da Companhia, decorrente do processo cível 0006941-75.2012.8.08.0024. Conforme entendimento do setor jurídico, a companhia optou pelo não provisionamento do montante em função de graves vícios de invalidade no processo judicial, dentre eles a incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar a demanda tendo em vista a transformação da CODESA em empresa pública federal em junho de 2018, o que atrai a competência da Justiça Federal nos termos do art. 109, I da Constituição Federal. Ao final do exercício de 2019, o setor jurídico já considerava altíssima a probabilidade do retorno desse dinheiro aos cofres da Companhia (a respeito desta questão conferir as Notas 27 e 49.1 que noticiam o iminente retorno destes recursos financeiros para o cofre da companhia, de forma integral); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 42).

2.4 Aprovação das demonstrações contábeis
A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 04 de Março de 2020.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis são preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da CODESA.

2.6 Redução ao valor recuperável
A administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.
Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

2.6.1 Ativos financeiros e contratuais
São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos de redução ao valor recuperável é a de Clientes (nota 5) e Assistência Médica a Recuperar (nota 11).

2.6.2 Ativo não financeiro
A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou em menor tempo se se for identificado que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme determina o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, foi realizada avaliação dos ativos não financeiros, pelo método Valor em Uso e apontou a recuperação do valor total pela utilização dos ativos na geração de receitas e benefícios futuros para a Companhia, sem a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Instrumentos financeiros
Os ativos e passivos financeiros da companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado, nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros para negociação e designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

2.8 Reconhecimento de Receitas Operacionais e de Arrendamentos
2.8.1 Receitas
Em relação ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida após a prestação do serviço. A companhia recebe um depósito prévio, a título de caução, de 80% do valor dos serviços portuários a serem prestados, tendo como preço de transação os valores da tabela vigente para os serviços prestados.

2.8.2 Arrendamento mercantil
Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), Operações de Arrendamento que introduziu novas regras para as operações de arrendamento.
O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O CPC 06 (R2), tem vigência em 01/01/2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17).
Os contratos de arrendamentos firmados pela Companhia com seus arrendatários (clientes) são classificados como operacionais, conforme o item 62 do mesmo CPC. Portanto não refletem em ajustes de lançamento no balanço da Companhia.
Com relação aos contratos da CODESA com seus fornecedores, estando a companhia na figura de arrendatária destacamos a existência de um contrato de arrendamento abarcado pelo CPC em questão (nota 30).
Esta norma impactou o registro da operação de arrendamento operacional que a Companhia possui e refere-se à sede administrativa da Companhia, cujo contrato entrou em vigor em 02/12/2019. Neste caso a Companhia é arrendatária e reconheceu em dezembro/2019: a) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; b) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; c) despesas com depreciação dos ativos; e d) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento, cujos lançamentos se darão a partir de janeiro/2020, quando será realizado o primeiro pagamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).
Os efeitos desta adoção estão reconhecidos no Ativo imobilizado – Direito de uso (18) e no Passivo em Outras obrigações – Passivo de arrendamento (Nota 31).

2.9 Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência, considerando o que determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC vigentes.

2.10 Contas a receber
A companhia contabiliza os contratos com clientes em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, atendendo a todos os critérios requeridos pelo pronunciamento. Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e os respectivos tributos são apurados e contabilizados por competência.

2.11 Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldá-la. As provisões são registradas em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, conforme mencionado na Nota 27. Com base em informações da Coordenação Jurídica a Companhia faz trimestralmente estudos do passivo judicial em trâmite na Justiça Comum Estadual, Federal e na Justiça do Trabalho, sendo as contingências classificadas entre a) prováveis – para as quais são constituídas provisões, b) possíveis – apenas divulgadas e não provisionadas e c) remotas – não requerem provisão e nem divulgação.

2.12 Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda e contribuição social é efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda é constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240.000,00. O valor da contribuição social é calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

2.12.1 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro
Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.
A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: a) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; b) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.
A Companhia entende que adota procedimentos contemplados na legislação e jurisprudências tributárias, de forma que não geram efeitos nas demonstrações financeiras.

2.13 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e por aplicações de curto prazo no mercado aberto, com vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias, com risco insignificante de mudança de valor e que são utilizados pela Companhia para gestão financeira e liquidação de seus compromissos de curto prazo (Nota 4).

2.14 Provisão de férias e 13º salário
A provisão das férias e de 13º salário e seus respectivos encargos são calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

2.14.1 Despesas antecipadas
Inclui a aplicação de recursos cujos pagamentos ocorrem antecipadamente em relação aos benefícios que ocorrerão em períodos futuros. A parcela das despesas é reconhecida no resultado de acordo com o princípio da competência (Nota 10).

2.15 Ativos não circulantes
2.15.1 Depósitos judiciais
A Companhia tem recursos financeiros bloqueados, mantidos na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e no Banestes, por determinação judicial, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso (Nota 14).

2.15.2 Imobilizado
O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear (Nota 18).

2.15.3 Intangível
A Companhia possui registro pelo custo de aquisição de direito de uso de software, rede de telecomunicações e dados e estudos e projetos, deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis (Nota 19).

2.16 Obrigações sociais
As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável (Nota 21).

2.17 Plano complementar de aposentadoria pós emprego
A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção Companhia e pelos empregados.
O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.
Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

3. EVENTOS SIGNIFICATIVOS NO EXERCÍCIO
3.1. Inclusão da Companhia no Programa Nacional de Desestatização – PND
A Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND e qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, através do Decreto nº 9.852, de 25 de junho de 2019, com leilão previsto para o 2º trimestre de 2021.

3.2. Revisão tarifária
A Resolução 6.771, de 13/03/3019, da ANTAQ aprovou a revisão tarifária da Companhia, que tornou pública a tabela tarifária atualizada, através da Resolução 29, de 11/04/2019, com entrada em vigência a partir de 1º de maio de 2019. A revisão tarifária resultou em uma majoração média de 17,25% sobre as tarifas praticadas pela Companhia.

3.3. Passivo atuarial do Instituto Portus (Laudo atuarial do benefício pós emprego)
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o Passivo Líquido do Plano PORTUS de Benefício – PBP1, de benefício definido, conforme resultados da Avaliação Atuarial do Compromisso Pós Emprego realizado por consultoria atuarial independente (Nota 43).

3.4. Redução do Quadro de Pessoal
No exercício findo em 31/12/2019 o quadro de pessoal foi reduzido em 55 empregados, representando um decréscimo de 17,5%, sobre o quantitativo total de empregados da Companhia, passando de 314 para 259 empregados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	152.077	93.939
Aplicações financeiras	30.249.453	65.253.570
Total	**30.401.530**	**65.347.509**

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras.
As aplicações financeiras são de curto prazo com liquidez imediata, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstradas ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. Possuem opção de resgate antecipado, sem penalidades ou perda de rentabilidade e o seu valor justo está refletido no valor de sua cota.
Conforme políticas definidas para empresas da administração indireta da União, as aplicações da Companhia podem ser efetuadas de acordo com o disposto no Decreto-lei 1.290/73 e Resolução BACEN 3.285/2005, em fundos de investimento extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A. O saldo de aplicações financeiras da CODESA está em fundos do Banco do Brasil, com as características definidas pelo regulamento, cuja rentabilidade do fundo no exercício gerou ganhos de 87,01%* em relação ao CDI.
A redução verificada na conta de aplicações financeiras, no exercício, decorre de dois fatos relevantes: a) antecipação de pagamento de R$ 9.972.619 em 17/07/2019, de saldo devedor do Termo de Confissão de Dívida assinado com o PORTUS em 09/03/2005 e que previa o pagamento em 240 parcelas. A antecipação mostrou-se vantajosa, tendo em vista os encargos financeiros contratuais serem superiores aos rendimentos obtidos pelas aplicações financeiras da Companhia (economia de R$ 1.163.517 para a CODESA); b) bloqueio judicial, determinado pela Justiça Estadual, relativo ao Processo Cível número 0006941-75.2012.8.08.0024, ocorrido em 23/09/2019 no valor de R$ 28.142.318. Conforme entendimento do setor jurídico, a Companhia optou pelo não provisionamento do montante em função de graves vícios de invalidade no processo judicial, dentre eles a incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar a demanda tendo em vista a transformação da CODESA em empresa pública federal em junho de 2018, o que atrai a competência da Justiça Federal nos termos do art. 109, I da Constituição Federal.
O saldo de valores recebidos da União para futuro aumento de capital, também estão aplicados em fundos de investimento extramercado. Os recursos recebidos até 31/12/2018 e que estavam classificados na conta "SIAFI" (reclassificado 2018) foram totalmente aplicados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Clientes a Receber Circulante	**18.625.841**	**17.441.451**
A vencer	*6.313.574*	*5.184.634*
Vencidas até 90 dias	*1.684.602*	*2.668.611*
Vencidas 91 a 180 dias	*829.069*	*1.165.966*
Vencidas 180 a 360 dias	*1.581.370*	*3.474.610*
Vencidas há mais de 360 dias	*8.217.226*	*4.947.630*
(-) Prov. cred. liquidação duvidosa	(11.426.523)	(4.703.999)
Subtotal	**7.199.318**	**12.737.452**
Clientes a Receber não circulante	3.942.983	-
Subtotal	**3.942.983**	-
Total	**11.142.301**	**12.737.452**

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, incluindo os respectivos tributos indiretos de responsabilidade tributária da Companhia.
O saldo de Clientes refere-se a: a) arrendamentos em áreas de propriedade ou aforadas à Companhia pela União, na área do Porto Organizado de Vitória e Barra do Racho, e b) valores a receber relativos à utilização de infraestruturas portuária e terrestre, armazenagem e aluguel de equipamentos.
A Companhia constituiu, no ano de 2019, uma Comitê de recuperação de créditos (Nota 6) sendo um dos resultados alcançados a geração de uma receita de R$ 5.529.267 milhões, que por divergência de entendimentos de ocupação de área, não havia sido faturada até a negociação com o cliente. Esse valor está reconhecido na conta clientes no curto e longo prazo.
Com relação ao PECLD – provisão estimada com crédito de liquidação duvidosa, até o 3º trimestre de 2019, o valor constituído era com base no critério fiscal, em que a legislação estabelece as condições para dedutibilidade dos créditos vencidos, para fins de Imposto de Renda.
O critério fiscal não atendia aos critérios contábeis e, de forma recorrente, foi ponto de ressalva de balanço pela Auditoria Externa. Diante desses fatos, a Companhia estabeleceu novo critério para apuração e constituição da PECLD, registrada sobre toda a vida do recebível, com base em critério que considera data de vencimento e associado a uma análise qualitativa do crédito e do cliente. Esse critério foi aplicado ao final deste exercício, apurando-se o valor de R$ 11.426.523, superior em R$ 5.664.710, se fosse mantido o critério fiscal anteriormente utilizado.

6. CRÉDITOS NEGOCIADOS COM CLIENTES

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Peiú	1.496.904	-
OGMO	378.206	-
Polimodal	280.930	-
Liquiport	210.831	-
Subtotal	**2.366.871**	-
Peiú não circulante	374.227	-
Subtotal	**374.227**	-
Total	**2.741.098**	-

Em maio de 2019 foi criada, por meio da Resolução nº 44, o Comitê de Recuperação de Créditos para apresentar proposta de conciliação de dívidas com as empresas devedoras e estudo de recuperação de créditos.
O Comitê realizou avaliação da inadimplência dos clientes, realizou ações de recuperação de créditos vencidos, e adotou procedimentos de cobranças para evitar o crescimento da inadimplência.
A Comitê estabeleceu uma rotina de reuniões sistematizadas para avaliar caso a caso as condições dos devedores, com reunião para negociação de seus saldos em abertos por intermédio de instrumento legal de confissão de dívida, fortalecendo assim as políticas e diretrizes das Normas de Faturamento vigente.

7. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos salários/13º Salários	150.652	36.220
Férias/Empréstimos Férias	1.365.046	1.917.211
Salário maternidade/prorrrogado	230.687	151.608
Diárias de viagem	66.134	32.648
Pensão/Adiantamento Férias	3.185	-
Outros adiantamentos a empregados	34.029	34.029
Total	**1.849.733**	**2.171.716**

Os adiantamentos de salários, 13º, férias, pensão e outros adiantamentos são compensados em folha de pagamento de períodos subsequentes. O valor de salário maternidade prorrogado será compensado no pagamento de IRPJ. O valor de diárias com viagens refere-se as antecipações de valores que serão transferidos para despesa assim que realizados ou devolvidos a companhia.

8. ESTOQUES

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Almoxarifado	91.177	101.734
Total	**91.177**	**101.734**

A conta Estoque da Companhia é composto apenas de Almoxarifado e contempla os materiais de consumo de expediente.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	2.831.878	2.732.677
Contribuição social s/ lucro líquido – CSLL	395.047	541.993
COFINS Lei 9.430/1996 e a recuperar	-	37.029
PIS/PASEP Lei 9.430/1996 e a recuperar	-	8.039
Processo Refis - SRF	5.060.938	-
ISS Retido	93.434	-
Outros impostos a recuperar	26.014	108.755
Total	**8.407.311**	**3.428.493**

Os impostos e contribuições a recuperar contemplam saldos negativos de declaração relativas ao exercício social e de exercícios anteriores, créditos retidos na fonte a serem utilizados no pagamento de impostos e REFIS a recuperar.
O crédito a título de REFIS, refere-se a pagamentos realizados pela Companhia quando da adesão ao REFIS instituído pela Medida Provisória nº 1923 de 6 de outubro de 1999. A CODESA efetuou pagamentos de 04/2000 a 11/2009 no código 9100, mesmo sendo excluída do programa em setembro de 2007. Em setembro de 2009 a companhia fez nova opção de parcelamento (Lei 11.941/09), porém parte do valor recolhido anteriormente não foi aproveitado. Assim em março de 2012 a companhia solicitou a restituição dos valores pagos (processo 11543.720006/2012-28) e não aproveitados pela Receita Federal do Brasil. Esse saldo é atualizado mensalmente pela taxa Selic.
Em 04 de junho de 2019, através do despacho decisório nº 548/SEORT/DRF VIT/ES, a Receita Federal reconheceu o direito creditório e deferiu o pedido de restituição.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

Contas	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Assinatura de jornais e revistas	10.1	4.373	5.637
Licença de *software*	10.1	16.179	16.071
Seguros de bens móveis e imóveis	10.2	-	11.191
Seguros Responsabil.Civil Administradores	10.3	212.049	212.049
Seguro de Vida usuários e Terceiros	10.4	11.712	11.712
Total		**244.313**	**234.952**

10.1 Assinatura de jornais e revistas e licença de software
Apropriados mensalmente pela vigência do contrato.

10.2 Seguros de bens móveis e imóveis
A Companhia considera relevante a manutenção de seguros para proteção de seu patrimônio móvel e imóvel, conquanto esta contratação não seja considerada obrigatória pela ANTAQ. Historicamente, porém, as Companhias Docas em todo o País experimentam dificuldades para a contratação destes seguros uma vez que as seguradoras, usualmente, apresentam resistência para celebração do seguro em virtude da precariedade física de

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

algumas das instalações portuárias. Na CODESA, o seguro de bens móveis e imóveis foi mantido vigente até a data de 26/12/2019, não sendo mais possível a sua prorrogação, uma vez que decorreu o prazo máximo previsto na legislação (60 meses). A Companhia, por intermédio da ABEPH – Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias, vem realizando reuniões administrativas com o mercado de seguros de modo a incentivar que as seguradoras modelem uma apólice padronizada hábil a atender as peculiaridades das companhias portuárias. Independentemente disso, um novo termo de referência para contratação desse serviço encontra-se em fase de pesquisa de preços para fins de formação do orçamento da Companhia.

10.3 Seguro de responsabilidade civil de administradores
Essa modalidade de seguro é contratada por obrigação do Estatuto da Companhia que em seu Art. 39 estabelece a obrigação de manter seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos administradores e membros do Conselho Fiscal. A contratação também é justificada pela Lei nº 13.303/2016, que trouxe consigo instrumentos relacionados à responsabilização civil dos agentes públicos, especificamente em seu art. 17, § 1º.
A apólice atual (16.10.0011518.28) foi contratada com a empresa Chubb Seguros Brasil e tem sua vigência desde 10/11/2019 até 09/11/2020.

10.4 Seguro de vida para usuários e terceiros
A contratação do Seguro de Acidentes pessoais para Usuários e Terceiros atende a notificação da ANTAQ, conforme descriminado na Resolução nº3274 art. 32 XVIII. redação abaixo:
Art. 32. Constituem infrações administrativas a que se sujeitam a Autoridade Portuária, o arrendatário, o autorizatário e o operador portuário, observadas as responsabilidades legal, regulamentar e contratualmente atribuídas a cada um desses agentes:
XVIII - não contratar ou deixar de renovar seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para cobertura para os usuários e terceiros e outros exigidos em convênio de delegação, ou nos respectivos instrumentos contratuais: multa de até R$ 100.000,00 (cem mil reais);

Segundo a ANTAQ, o Seguro de Acidentes Pessoais para cobertura de Usuários e Terceiros, visa proteger a vida e a integridade dos usuários e terceiros que atuam nas instalações do Porto de Vitória.
A apólice vigente (19.0982.001.0724) firmada com a empresa MBM Seguros de Pessoas tem sua vigência contratual até 04/09/2020.

11. ASSISTÊNCIA MÉDICA A RECUPERAR

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Empregados	168.853	-
Demais Usuários	264.189	-
(-)PECLD	(41.075)	-
Subtotal Circulante	**391.967**	**-**
Empregados não circulante	3.259.288	10.495.511
Demais Usuários não circulantes	7.730.992	-
(-)PECLD	(8.318.573)	(10.495.511)
Subtotal Não Circulante	**2.671.707**	**(10.495.511)**
Total	**3.063.675**	**-**

O benefício de assistência à saúde oferecido pela Companhia aos seus empregados está concebido na modalidade de autogestão, registrado na Agência Nacional de Saúde – ANS, sem cobrança de mensalidade, em que o gasto é pós estabelecido uma vez que o seu valor é integralmente repassado pelos prestadores de serviço credenciados à Companhia, que opera o plano, não havendo descasamento entre a contribuição e o gasto, não gerando, portanto, passivo de benefício pós emprego, na área de saúde.
Os gastos com a assistência à saúde são custeados em 90% pela Companhia e 10% pelos empregados. O plano é extensivo aos aposentados que assumem integralmente os seus gastos. A cobrança se dá através de descontos em folha de pagamento dos empregados, observada a legislação para descontos e, para os aposentados, através de débito por eles autorizados no valor dos seus proventos de aposentadoria, em 10%, 20% e 30%, de acordo com o valor de seu débito.
Até o exercício anterior, a Companhia registrava os valores a serem recuperados em uma conta de ativo não circulante e, simultaneamente, constituía provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa - PECLD de igual valor. Em maio deste exercício foi realizada uma avaliação dos créditos em aberto classificando-os "provável recebimento e não provável recebimento", adequando-se a PECLD ao valor do não provável recebimento, em conta de recuperação de despesa. Em outubro, houve nova adequação do registro contábil realizado, onde os gastos referentes a exercícios anteriores foram classificados em ajuste de exercícios anteriores, estornando-se esses valores da conta de recuperação de despesas.
A Companhia adequou os procedimentos de registros contábeis, passando a contabilizar o valor de responsabilidade do empregado e do aposentado em contas do ativo circulante e não circulante e o valor de responsabilidade da Companhia em contas de custos da operação portuária e despesa de pessoal, de acordo com o centro de custo do empregado. Reclassificou a conta de recuperação de despesa nas contas de custos e despesas correspondentes.
Ao final deste exercício, a Companhia realizou avaliação dos créditos de assistência médica a recuperar e adequou o critério para apuração e constituição de PECLD, que passou a considerar 100% das situações 3, 4, 5 e 6, da tabela Assistência médica a recuperar, abaixo, para empregado e aposentado. Para as situações 1 e 2, foram feitas avaliações caso a caso, com a projeção do valor do desconto mensal, com base na situação atual, apuração do prazo requerido para quitação total das prestações e tabela de expectativa de vida do IBGE. Os valores a vencer, cujo prazo para quitação excederam a expectativa de vida, foram totalmente provisionados.
Aplicando-se o critério estabelecido, o valor apurado para a PECLD do exercício foi de R$ 8.359.648, conforme demonstrado na tabela Assistência médica a recuperar, com complemento de R$ 3.222.892,97 em relação ao saldo anteriormente provisionado.
A posição das contas de assistência médica a recuperar e dos valores provisionados, nos exercícios findos de 2018 e 2019, estão na tabela Assistência médica a recuperar, abaixo.

Assistência médica a recuperar - R$										
Situação	31.12.2019						31.12.2018			
	Empregado		Aposentado		Total		Empregado	Aposentado	Total	
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Crédito	Crédito	Provisão
1) - Regulares para Uso	883.619	80.621	3.904.968	1.838.782	4.788.587	1.919.403	612.682	3.524.025	4.136.706	4.136.706
2) - Invalidez	-	-	238.350	43.859	238.350	43.859	-		-	-
3) - Com uso suspenso	95	95	1.029.685	1.029.685	1.029.780	1.029.780	2.797	971.535	974.332	974.332
4) - Óbito	2.522.062	2.522.062	2.794.954	2.794.954	5.317.016	5.317.016	2.498.283	2.864.350	5.362.634	5.362.634
5) - Demitido	21.388	21.388	27.225	27.225	48.613	48.613	20.723		20.723	20.723
6) - Outros	977	977	-	-	977	977		-	-	-
Total	**3.428.141**	**2.625.143**	**7.995.181**	**5.734.504**	**11.423.322**	**8.359.648**	**3.135.601**	**7.359.910**	**10.495.511**	**10.495.511**
Circulante	*168.853*	*22.673*	*264.189*	*18.402*	*433.042*	*41.075*				
Não Circulante	*3.259.288*	*2.602.470*	*7.730.992*	*5.716.102*	*10.990.280*	*8.318.573*	*3.135.601*	*7.359.910*	*10.495.511*	*10.495.511*
Líquido da PECLD:		***802.998***		***2.260.677***		***3.063.675***		-		-
Circulante		*146.180*		*245.787*		*391.967*		-		-
Não Circulante		*656.817*		*2.014.890*		*2.671.707*		-		-

Seja como for, a Administração da Companhia considera que o modelo de gestão do plano de saúde tal como descrito acima é economicamente insustentável, pelo que inaugurou no ano de 2019 tratativas com os sindicatos dos trabalhadores com o objetivo de estabelecer a cobrança de mensalidades de todos os beneficiários do plano de saúde. O cálculo das mensalidades atende a critérios atuariais e regulatórios (ANS – Agência Nacional de Saúde). A proposta foi formalizada aos sindicatos e previamente aceita pelos mesmos. Para informações quanto ao estágio destas negociações consultar a nota 49.2.

12. OUTROS CRÉDITOS

Contas	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a fornecedores	12.1	-	1.002
Suprimento de fundos	12.1	1.167	-
Reembolso salários, encargos ou honorários	12.2	20.864	-
Total		**22.031**	**1.002**

12.1 Adiantamento a fornecedores e suprimento de fundos
Trata-se de desembolsos antecipados. Ao executar o serviço ou prestação de contas os valores são transferidos para as respectivas despesas.

12.2 Reembolso salários, encargos ou honorários
Valores a recuperar de funcionário cedido e honorários a recuperar.

13. CRÉDITOS CONVÊNIOS

	31/12/2019	31/12/2018
Convênio SNP	1.022.076	1.005.695
Total	**1.022.076**	**1.005.695**

Convênio SNP registra valores recebidos por meio de convênio firmado entre a Secretaria Nacional de Portos - SNP e a Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA. O convênio tem como objetivo o repasse de recursos para execução de serviços técnicos operacionais e apoio ao gerenciamento e fiscalização da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória.
Os relatórios de execução visando prestação de contas foram inseridos pela Companhia no SICONV, requerido pelo convênio e encontram-se no status "Em análise pelo Fiscal Concedente" desde agosto de 2018.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Contas	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos trabalhistas	14.1	37.471.892	39.720.580
Depósitos recursais	14.2	3.763.389	3.747.522
Depósitos outros	14.3	34.462.627	5.888.047
Total		**75.697.908**	**49.356.149**

Representam ativos da Companhia depositados por determinação da Justiça, para garantir o juízo, para pagamento de honorários de auxiliares da justiça (peritos e outros) e/ou como depósito recursal. Não se confundem com as custas ou preparo recursal, que têm natureza tributária e são devidos ao Poder Judiciário (os depósitos podem retornar para a companhia em caso de êxito na ação judicial).

14.1 Depósitos trabalhistas

Movimentação	Valor
Saldo em 31/12/2018	**39.720.580**
Depósitos/Bloqueios	5.811.752
Juros/Atualizações/IR	1.960.233
Resgates CODESA	(131.805)
Saques Reclamantes	(9.529.691)
Ajuste de Provisão	(359.178)
Saldo em 31/12/2019	**37.471.892**

Os depósitos realizados nas reclamações trabalhistas são, em regra, a títu-

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

lo de depósito recursal, honorários periciais e garantias de execução.
Os honorários periciais são efetivamente pagos quando a CODESA é sucumbente no pedido referente ao objeto da prova pericial. A garantia da execução é feita já na fase de execução, para garantir o juízo quando há interesse da Companhia na impugnação dos cálculos homologados.

14.2 Depósitos recursais

Movimentação	Valor
Saldo em 31/12/2018	**3.747.522**
Depósitos/Bloqueios	432.683
Juros/Atualizações/IR	39.169
Resgates CODESA	(127.401)
Saques Reclamantes	(328.584)
Saldo em 31/12/2019	**3.763.389**

Os depósitos recursais são pagos como pressupostos de admissibilidade recursal e são, no caso de manutenção de eventual condenação, compensados no valor total da execução.

14.3 Depósitos outros

Movimentação	Valor
Saldo em 31/12/2018	**5.810.551**
Depósitos/Bloqueios	28.531.766
Juros/Atualizações/IR	166.581
Resgates CODESA	-
Saques Reclamantes	(46.270)
Saldo em 31/12/2019	**34.462.627**

Em 23 de setembro de 2019 a justiça estadual determinou o bloqueio do valor de R$ 28.142.818 das contas de aplicação da Companhia, decorrente do processo cível 0006941-75.2012.8.08.0024. Conforme entendimento do setor jurídico, a companhia optou pelo não provisionamento do montante em função de graves vícios de invalidade no processo judicial, dentre eles a incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar a demanda tendo em vista a transformação da CODESA em empresa pública federal em junho de 2018, o que atrai a competência da Justiça Federal nos termos do art. 109, I da Constituição Federal. Considera-se altíssima a probabilidade do retorno desse dinheiro aos cofres da Companhia.

15. USUÁRIOS COM LIMINAR

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Agência de Navegação Vitória	-	2.163
Serviport	-	19.583
Tecn-Grãos	-	121.133
Total	**-**	**142.880**

Os créditos da Companhia perante as empresas Agência de Navegação e Serviport eram anteriores ao ano de 2000. Não foi possível relacionar o crédito às faturas de origem. Da mesma forma, o setor jurídico não conseguiu relacionar os valores registrados no ativo com os requisitados via processos judiciais.
O crédito da empresa Tecn-Grãos refere-se a faturas dos anos de 2006 e 2007. Da mesma forma o jurídico não conseguiu relacionar as faturas aos processos judiciais existentes. Esse mesmo cliente possuía um valor de depósito caucionado no valor de R$ 8.097 desde 1994.
Por tratar-se de valores antigos em que não caberia mais nenhuma alternativa judicial de cobrança, foi realizada a baixa em dezembro de 2019.

16. OUTROS CRÉDITOS

Contas	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Juros de mora/multas	16.1	124.160	110.665
Garantia SIX Participações	16.2	183.000	-
Adiantamentos diversos	16.3	116.409	116.409
Fundos de Investimentos	16.4	13.540	13.540
Processo Refis - SRF (Reclassificado)	16.5	-	4.885.215
Total		**437.109**	**5.125.828**

16.1 Juros de mora/multas
Valores relativos a multas pagas, passíveis de recuperação após processo de apuração de responsabilidade.

16.2 Garantia Six Participações
Garantia depositada na conta do fornecedor como garantia do contrato nº11/2019 referente locação de imóvel para sede administrativa.

16.3 Adiantamentos diversos
Valores de créditos decorrentes de salário maternidade prorrogado a recuperar, auxílio doença e assistência médica odontológica.

16.4 Fundos de Investimento
Fundos de Investimentos composto por Embraer (R$ 1.061) e FISET - Fundo de Investimento Setorial (R$ 12.478).

16.5 Processo Refis - Impostos a recuperar
Valor reclassificado em 2019 para circulante (Nota 9) devido ao andamento do processo junto à Receita Federal do Brasil.

17 INVESTIMENTOS
Trata-se de valores no grupo de Obras de arte/outros.

18 IMOBILIZADO
O ativo imobilizado da Companhia, líquido de depreciação, nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 está composto dos seguintes grupos, com seus respectivos valores e taxas de depreciação:

Imobilizado líquido	Taxa depreciação	2019	2018
Terrenos	-	11.056.064	11.056.064
Obras complementares	4% a 5%	1.495.769	1.895.286
Obras civis	2,5% a 10,5%	205.053.190	166.110.017
Instalações	4% a 10%	23.523.414	3.909.867
Máquinas e equipamentos	5% a 25%	114.654	1.551.156
Móveis e utensílios	10%	595.490	862.546
Equip.de proc. eletrônico de dados	20%	55.280	389.695
Imobilizado em curso	-	214.758.575	281.875.109
Provisão de bens em inventários	-	(440.831)	-
Direito de uso arrendamento	-	5.317.793	-
Total	**-**	**461.529.398**	**467.649.740**

Em sua 1827ª reunião a DIREXE decidiu pela constituição da nova da CABP - Comissão de Avaliação de Bens Patrimoniais, conforme preconiza o REATI - Regulamento do Ativo Imobilizado, com o intuito de sanar as pendências existentes com relação aos controles patrimoniais da Companhia.
A comissão trabalhou na elaboração de inventário físico dos bens de maior relevância, assim como na identificação de bens não mais existentes ou indevidamente classificados.
Em relatório a CABP confirma a existência de bens no montante de R$ 308.517.958,69 (líquido de R$ 184.856.624) num total de 9.783 itens na base de ativos imobilizados.
Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de Ativos, o cálculo do teste de recuperabilidade foi realizado internamente em dezembro de 2019, e não aponta probabilidade de perdas de ativos da Companhia.
Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos foram agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor portuário.

Imobilizado líquido	Saldo 31/12/2018	Adição	Baixa	Transf.	Deprec. Acumulada no período	Saldo 31/12/2019
Terrenos	11.056.064	-	-	-	-	11.056.064
Obras complementares	1.895.286	-	-	-	(399.517)	1.495.769
Obras civis	166.110.017	1.591.891	(4.310.398)	46.356.548	(4.694.869)	205.053.190
Instalações	3.909.867	150.130	(133.662)	20.730.369	(1.133.290)	23.523.414
Máquinas e equip.	1.551.156	-	(3.838.588)	-	2.402.085	114.654
Móveis e utensílios	862.546	14.767	-	-	(281.824)	595.490
Equip. eletr. dados	389.695	-	(2.791)	-	(331.624)	55.280
Imobilizado em curso	281.875.109	11.208.122	(11.237.739)	(67.086.917)	-	214.758.575
Provisão de bens em Inventário	-	(440.831)	-	-	-	(440.831)
Direito de uso arrendamento	-	5.362.481	-	-	(44.687)	5.317.793
Total	**467.649.740**	**17.886.560**	**-19.523.177**	**0**	**-4.483.725**	**461.529.398**

As adições mais relevantes refletem os investimentos ocorridos em obras em andamento em 2019 referentes à construção do Cais do Atalaia (contratos de fiscalização e execução) no montante de R$ 9.986.408 e no projeto Cadeia Logística no montante de R$ 1.221.714. Ambos os projetos ainda não estão em operação pela Companhia. Também ocorreu no período a incorporação do valor de R$ 1.244.409 referente a investimentos realizados pelo cliente TVV, conforme previsto nos termos de confissão de dívida nº 02/2013 (PE 237/2013) e nº 06/2018 (PE 91/2018).
Com relação as baixas patrimoniais, a Companhia decidiu por dar baixa em Ativos que totalizavam R$ 19.523.177, que a valor líquido corresponde a R$ 12.063.604. Este valor é assim composto:
a) Baixa a custo histórico no valor de R$ 8.282.648 (valor líquido de R$ 825.586) dos bens móveis não localizados, reclassificados contabilmente e componentes que já foram desconstituídos e/ou demolidos. Entre os itens mais significativos estavam os serviços de reformas e manutenções que deveriam ser despesas, sendo 37 itens, totalizando R$ 5.529.859 (líquido de R$ 556.179), e equipamentos e componentes inexistentes somam R$ 2.752.788 (liquido de R$ 269.406), sendo 33 itens que correspondem a aproximadamente 33% da base de ativos mapeadas.
b) Após tratativas no PE 2384/2012, realizou-se a baixa de equipamento furtado no ano de 2012 no valor de R$ 2.791 (valor líquido R$ 279);
c) Baixa de 33 contratos no montante de R$ 11.237.739 da conta de imobilizações em curso de acordo com Nota Técnica DIRPRE/ASSTEC Nº 01/2020, com suporte da SUPGER, onde foram mapeados três grandes grupos:
1 Conjunto de contratos que foram classificados como despesa tais como projetos de dragagem, manutenção, serviços de CFTV e serviços ambientais e outros, somando 13 contratos e total de R$ 3.285.758;
2 Conjunto de contratos de que foram descontinuados, sem projeção de viabilidade técnico-econômica, sem expectativa de realização e/ou sem recursos orçamentários previstos, tais como serviços de consultoria de engenharia, serviços de elaboração de projetos de engenharia e infraestrutura, serviços de consultorias ambientais associadas e serviços de consultoria para elaboração de EVTEA, que somam 17 contratos e total de R$ 7.783.532;
3 Contratos que o objeto já sofreu desgaste natural, sendo o escopo substituído por outro contrato, que somam 02 itens, total de R$ 168.449.

No trabalho de levantamento do CABP foi identificado o montante de R$ 67.086.917 (30 contratos), de obras já concluídas há mais de 24 meses, que foram transferidas às devidas contas de imobilizado em uso.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

Na mesma Nota Técnica DIRPRE/ASSTEC Nº 01/2020, com suporte da SUPGER, foram mapeados os projetos e contratos concluídos por período, conforme a tabela abaixo:

Ano	Valores	Ano	Valores
2004	29.398	2011	1.226.719
2005	2.597.110	2012	32.510.446
2006	3.943.611	2013	1.927.948
2007	87.950	2014	19.563.841
2008	411.863	2015	317.413
2009	117.572	2016	1.095.960
2010	3.257.075	**Total**	**67.086.907**

Os saldos de depreciação acumulada são compostos das depreciações apropriadas mensalmente, deduzidas das baixas patrimoniais e acrescidas das depreciações acumuladas proveniente da trava do valor depreciável estabelecido pela Companhia em anos pretéritos.
A Diretoria Executiva da Companhia tomou conhecimento da "trava de 90%" existente em alguns itens patrimoniais que impediam a total depreciação dos mesmos. Ao realizar um levantamento individualizado, foram identificados itens com vida útil exaurida, alguns há mais de 10 anos. Todos os itens com vida útil exaurida (R$ 46.114.183, custo histórico) tiveram seu valor residual baixado, totalizando um valor de depreciação acumulada de R$ 4.611.091.
A baixa foi realizada contabilmente, estando os procedimentos operacionais para regularização junto ao sistema de informática em andamento pela área competente.
Composto da provisão de baixa dos bens imóveis não localizados, ou que já foram desconstituídos, mapeados pelo CABP que somam o montante de R$ 8.128.952 (líquido R$ 132.547). A Companhia em atendimento à disposição normativa submeteu e aguarda apreciação do Conselho de Administração para baixa definitiva desses bens.
Também compõe essa conta os bens móveis (não localizados em inventário) realizado pela empresa IBIAEON - Consultoria Patrimonial em 2017. Na ocasião do levantamento, a empresa apontou a não localização de bens no montante original de R$ 5.360.727, porém após a baixa da depreciação acumulada restou um saldo residual de R$ 308.284 que foi provisionado contabilmente até que a baixa definitiva seja realizada no software de controle patrimonial. Trata-se de um número muito grande de itens patrimoniais, o que demandará da área envolvida um maior tempo para sua conclusão.
Direito de uso e arrendamento trata-se de reconhecimento de contrato de aluguel de imóvel para fins de sede administrativa da Companhia (Unidade de Administração e Negócios). O contrato de número 11/2019, firmado com a empresa Six Participações, enquadra-se no conceito de arrendamento previsto no CPC 6 (R2) - Arrendamentos, portanto teve seu valor reconhecido tanto no ativo imobilizado quanto no passivo.
O contrato prevê um pagamento mensal de R$ 61.000 por um período de 10 anos. Trazendo a valor presente pela taxa anual de 6,74% (custo de capital de terceiros, composto por Selic e Finame), reconhecemos a valor presente líquido um montante de R$ 5.362.481.
Esse valor será depreciado mensalmente, conforme previsão da norma contábil, a partir de dezembro de 2019 de forma linear até o final do contrato.

19. INTANGÍVEL

O ativo intangível líquido da Companhia em 31/12/2019 está composto das seguintes contas com seus respectivos valores e taxas de amortização:

Intangível líquido	Taxa amortização	2019	2018
Software	20%	-	182.756
Estudos e projetos	20%	16.851	71.980
Rede telefônica e com. de dados	10%	17.857	28.938
Projeto VTMIS	20%	65.305	329.364
Total	-	**100.013**	**613.038**

Não ocorreu nenhuma adição ou baixa nesse grupo durante o ano, apenas a baixa para ajuste de depreciação acumulada (ver nota 17.7.) devido à trava de 90% do valor amortizável.
Os bens com vida útil exaurida somaram o montante de R$ 2.272.582.

Intangível líquido	Saldo 31/12/2018	Adição	Baixa	Transf.	Amort. Acumulada no período	Saldo 31/12/2019
Software	182.756	-	-	-	(182.756)	(0)
Estudos e projetos	71.980	-	-	-	(55.129)	16.851
Rede Com. de dados	28.938	-	-	-	(11.081)	17.857
Projeto VTMIS	329.364	-	-	-	(264.059)	65.305
Total	**613.038**	**0**	**0**	**0**	**(513.025)**	**100.013**

20. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Bens e serviços	4.630.656	5.604.323
Total	**4.630.656**	**5.604.323**

O fornecimento de bens e serviços é evidenciado pela emissão do documento fiscal, observando o regime de competência, com as devidas retenções legais.
No ano de 2019 os fornecedores a pagar mais relevantes referiam-se a empresa Etermar Engenharia (obra de investimento no Cais do Atalaia) e Indra Tecnologia (Sistema de Informação e Gerenciamento do Tráfego de Embarcações - VMTIS).

21. OBRIGAÇOES SOCIAIS

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Folhas a pagar	43.813	-
Prov. para férias, 13º e encargos	4.445.605	5.902.403
Prov. Ajuste Salarial	2.200.000	-
Assist. Médica/Odontológica	923.477	800.791
Total	**7.612.895**	**6.703.194**

A conta Folhas a pagar é relativa aos aposentados cujo pagamento pode ser realizado até o início do mês subsequente. O pagamento aos aposentados refere-se à previsão em acordo coletivo de trabalho, que prevê complementação, para empregados admitidos até 04.06.65 e aposentados, de diferença entre os proventos da aposentadoria deferida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e o valor do salário base do portuário ativo de igual categoria. Em 31/12/2019 havia 89 casos.
As provisões de férias, 13º salário e encargos sociais são registradas por competência e realizadas nos meses do fato gerador.
Assistência médica/odontológica são obrigações junto aos prestadores de serviço, relativas a benefícios assistenciais aos empregados, dependentes e aposentados.

22. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

Contas	31/12/2019	31/12/2018
FGTS	319.463	463.589
INSS	338.871	891.645
REFIS	350.744	1.617.756
PASEP	337.479	439.360
COFINS	1.558.678	197.116
Outros	-	14.819
Total	**2.905.235**	**3.624.286**

As obrigações fiscais e trabalhistas da Companhia, provisionadas pelo regime de competência, são quitadas nos respectivos vencimentos. A dívida relativa ao REFIS junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, parcelada em 180 (cento e oitenta) meses é atualizada pela Selic e paga mensalmente. A Companhia aguarda compensação de ofício de crédito de REFIS (Nota 9) junto à RFB para quitação dessa obrigação.
A obrigação com o PORTUS, relativo ao RTSA – Reserva de Tempo de Serviço Anterior foi quitada antecipadamente em 17 de julho de 2019. A quitação antecipada no valor de R$9.972.619 deu-se em função dos ganhos econômico-financeiros, tendo em vista os encargos financeiros contratuais (INPC + 6% a.a.) serem superiores aos rendimentos obtidos pelas aplicações financeiras da Companhia, conforme avaliação e proposta da Nota Técnica 03/2019, de 25/06/2019, complementada pela Nota Técnica 04/2019, de 22/07/2019, elaboradas pela Coordenação Financeira e de Orçamento e constantes no processo 2614/2004 e aprovadas previamente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia (Nota 4).
Os valores apurados de PASEP e COFINS em 31/12/2019 são mais significativos, devido ao aumento expressivo da receita (Nota 36).
A redução na conta INSS refere-se à diminuição no quadro de pessoal.

23. DEPÓSITOS, CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES A RECOLHER

Contas	31/12/2019	31/12/2018
IRF - Imposto renda na fonte	732.614	1.080.934
Empréstimos Banestes	1.662	1.662
Empréstimos Banco do Brasil	4.055	762
Lei 9430/96-IRPJ-CSLL-COFINS-PIS-PASEP	255.182	439.360
INSS Retenção serv. prestados terceiros	51.990	197.116
Outros	31.183	14.819
Total	**1.076.686**	**1.734.653**

Os valores consignados registram retenções sobre pagamentos efetuados a empregados, cujos recolhimentos ficam a cargo da Companhia. A conta Lei 9430/96 e INSS Retenção registram valores retidos na fonte de tributos devidos por terceiros, cujos recolhimentos são efetuados por força de imposição legal.

24. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS/REPASSE

CONTA	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ISSQN CODESA VILA VELHA	24.1.	107.885	57.742
ISSQN CODESA VITÓRIA	24.1.	128.193	117.046
ISSQN RETIDO VITÓRIA	24.2.	17.474	14.336
ISSQN RETIDO VILA VELHA	24.2.	17.671	210.904
Total		**271.223**	**400.028**

24.1. ISS CODESA – Movimento Econômico

Valores pendentes de recolhimento juntos às Prefeituras devido a apuração do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sob os serviços prestados pela Companhia.

24.2. ISSQN – Retido na Fonte

Valores a serem repassados às prefeituras a título de retenção na fonte de serviços tomados pela Companhia.

25. PSP - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Contas	31/12/2019	31/12/2018
PSP adiantamento de clientes	1.663.690	1.408.785
Total	**1.663.690**	**1.408.785**

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

PSP registra adiantamentos de clientes para Prestação de Serviços Portuários.

26. CRÉDITOS DE ARRENDAMENTOS E CESSÃO DE USO DE ÁREAS

Contas	31/12/2019	31/12/2018
PETROBRAS	3.500.000	4.000.000
Subtotal Circulante	**3.500.000**	**4.000.000**
PETROBRAS	24.500.001	26.000.001
Subtotal Não Circulante	**24.500.001**	**26.000.001**
Total	**28.000.001**	**30.000.001**

Valor recebido antecipadamente referente à contrato de cessão de direito de uso firmado com a PETROBRAS, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 02/10/2008 a 30/09/2033 e visa atender ao PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

27. OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS

Provisões para contingências	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	-	13.085.528
Civeis	-	-
Subtotal Circulante	**-**	**13.085.528**
Trabalhistas	21.719.573	7.236.024
Civeis	5.634.189	2.030.554
Subtotal Não Circulante	**27.353.762**	**9.266.578**
Total	**27.353.762**	**22.352.106**

A partir de março de 2019, os valores provisionados para ações judiciais trabalhistas passaram a ser apresentados totalmente no passivo não circulante.
As provisões são registradas com base nos critérios delineados nos tópicos seguintes, identificados como os que trazem as melhores estimativas de risco envolvido.

27.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias.

A Companhia é parte em processos judiciais e processos administrativos perante órgãos do poder judiciário e órgãos governamentais (poder executivo), decorrente do exercício de suas atividades. Tais demandas (judiciais e administrativas) envolvem, sobretudo, questões trabalhistas, cíveis, tributárias e regulatórias/administrativas.

27.1.1 Risco de perda provável

O critério inicialmente adotado para indicar como provável a requisição de recurso econômico para saldar uma obrigação é a fase processual da demanda. As demandas que já estão em fase de execução definitiva são automaticamente indicadas como de "provável" perda, ainda que haja defesa técnica. Além desse critério cronológico, realiza-se análise pontual das demandas, sobretudo das mais relevantes do ponto de vista financeiro, para identificar as que, eventualmente, não estejam em fase de execução, mas, ainda assim, a probabilidade de perda é "provável".
As mais relevantes economicamente estão indicadas abaixo, de acordo com a natureza da demanda.

27.1.1.1 Trabalhistas

As ações tratam de variadas questões de fato e direito. As mais relevantes versam, principalmente, sobre responsabilidade subsidiária da Companhia por (a) ausência de fiscalização contratual, (b) adicional de risco portuário, (c) reenquadramento funcional por inobservância dos termos do plano de cargos e salários, (d) inobservância de acordo coletivo de trabalho e normas de saúde e segurança do trabalho.

- Reclamação trabalhista n.º 0020900-79.2003.5.17.0014, que se pretende o reconhecimento de desvio funcional e reenquadramento funcional de guardas portuários. Procedente em parte o pedido, apenas em relação ao desvio funcional. A sentença proferida condenou a CODESA ao pagamento das diferenças salariais decorrente do desvio funcional desde o maio de 2002 e indeferiu a pretensão ao reenquadramento funcional. A sentença foi mantida pelo TRT da 17° Região e pelo TST. Execução homologada em R$ 11.055.282,98, dos quais R$ 4.657.823,21 já foram liberados aos reclamantes por serem incontroversos, permanecendo o residual ainda em discussão.
- Reclamação trabalhista n.º 0074000-60.2000.5.17.0005, que se pretende o reconhecimento de nulidade na dispensa imotivada, com determinação de reintegração funcional. A sentença proferida julgou improcedentes os pedidos formulados pelo autor. O TRT da 17 ° Região manteve o entendimento da origem, bem como o TST. Todavia, o STF, com base no entendimento adotado a época quanto a necessidade de motivação na dispensa de empregados públicos, reformou a sentença, julgando procedente os pedidos contidos na inicial. Execução homologada em R$ 5.361.382,44, dos quais R$ 882.803,41 já foram liberados ao autor por ser incontroverso, permanecendo o residual ainda em discussão, cuja tese da Companhia já foi parcialmente acolhida, com a consequente redução do valor envolvido em aproximadamente 50%.

27.1.1.2 Cíveis

- Ação Regressiva nº 5013018-76.2019.4.02.5001, em trâmite na 5ª Vara Federal Cível de Vitória, movida pelo Órgão de Gestão de mão de obra do Trabalhador Portuário Avulso (OGMO), no qual pleiteia restituição dos valores pagos pelo OGMO em condenação trabalhista, após trabalhador avulso supostamente adquirir doença ocupacional nas instalações portuárias. Em 19/12/2019 foi proferida sentença de parcial procedência, condenando a CODESA a restituir ao OGMO/ES o equivalente à metade (50%) do valor pago pela condenação trabalhista, no valor de R$ 999.688,52 (novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), assim como a assumir, juntamente com esse último, as obrigações atinentes ao pensionamento mensal do trabalhador, enquanto durar essa obrigação. Decisão passível de recurso de apelação, que será interposto. Apesar da fase processual, o setor jurídico entendeu, considerando o direito envolvido, por classificar como de provável perda a demanda, com o consequente provisionamento do valor de R$ 999.688,52 (novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), referente a perda parcial da Companhia.
- Ação de Cobrança nº 0008147-32.2009.8.08.0024, proposta perante a 1ª Vara Cível de Vitória/ES, movida por Hidrotopo Consultoria e Projetos Ltda. em face da CODESA, pendente de julgamento de recurso no Superior Tribunal de Justiça. A demandante requer a condenação da Companhia ao pagamento dos valores devidos a título de prestação de serviços. A CODESA sustenta a ocorrência de prescrição, estando pendente de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça o agravo em recurso especial. Embora seja matéria típica de análise do STJ (análise do direito objetivo) e pendente de julgamento, o setor jurídico entendeu, pelas circunstâncias do processo, pela classificação como de provável perda, com o consequente provisionamento do valor atualizado da causa, de R$ 3.664.114,15 (três milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil cento e quatorze reais e quinze centavos).

27.1.1.3 Fiscais

Não há processos judiciais relevantes, de natureza fiscal/tributária, que represente risco provável de perda.

27.1.1.4 Administrativos/regulatórios

Atualmente, não é realizado provisionamento dos processos não judicializados. A provisão das demandas regulatórias/administrativa só é feita, portanto, quando e se judicializada a questão, sendo classificada nesses casos de acordo com os critérios acima indicados.

27.1.2. Risco de perda possível

Há processos judiciais (de natureza trabalhista, cível e fiscal/tributária) que são classificados como de perda possível, e, por isso, não requererem constituição de provisão. Atualmente esse valor soma a quantia de R$ 20.495.153.

Provisões de Perda	Trabalhista	Cíveis
Possível	5.024.085	15.471.068

As mais relevantes economicamente estão indicadas abaixo, de acordo com a natureza da demanda.

27.1.2.1 Trabalhistas

- Ação Civil Pública nº 0000922-78.2019.5.17.0001 – Trata-se de ação civil publicada ajuizada pelo Sindicato da Guarda Portuária – ES requerendo o correto pagamento dos reflexos da média das horas extras nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos da média do adicional noturno nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos da rubrica "Repouso Remunerado" nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos do adicional de risco fixo em nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos da média de horas extras no 13º salário, reflexos da média de adicional noturno no 13º salário, reflexos da rubrica "Repouso Remunerado" em 13º salário, reflexos do adicional de risco fixo em 13º salário, o pagamento dos reflexos integrais da média das horas extras habituais dos substituídos no 13º salário de 2015 e de 2018. Fora determinada a produção de prova pericial técnica para apuração da alegada incorreção nos pagamentos realizados a categoria, todavia, ainda não há laudo pericial apresentado para a continuidade da instrução processual.

27.1.2.2 Cíveis

- Ação de Cobrança nº 0356838-33.2010.8.19.0001, proposta perante a 3ª Vara Cível do Rio de Janeiro, movida por "Portus Instituto Portobras de Seguridade Social" em face da CODESA, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento dos repasses pecuniários mensais supostamente não efetuados. Foi realizada perícia para apontar o valor devido. O laudo apontou o montante de R$ 10.408.802,51 (dez milhões quatrocentos e oito mil oitocentos e dois reais e cinquenta e um centavos) que, se procedente o pedido, seria devido pela Companhia. A demanda está pendente de julgamento em primeiro grau.

27.1.2.3 Fiscais

Não há processos judiciais relevantes, de natureza fiscal/tributária, que represente risco possível de perda.

27.1.2.4 Administrativos/regulatórios

Atualmente, não é realizado provisionamento dos processos não judicializados. A provisão das demandas regulatórias/administrativa só é feita, portanto, quando e se judicializada a questão, sendo classificada nesses casos de acordo com os critérios acima indicados.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

Durante o exercício de 2019 ocorreram baixas de valores referente a saques realizados mediante alvarás expedidos pela justiça. Desta forma apresentamos a movimentação das contas durante o exercício de 2019:

Provisões para contingências	Trabalhista	Cíveis
Saldo em 31/12/2018	**20.321.552**	**2.030.554**
Baixas de alvarás	(3.161.700)	(18.867)
Atualização da Provisão	4.559.721	3.622.504
Saldo em 31/12/2019	**21.719.573**	**5.634.190**

28. CREDORES DEPÓSITOS CAUCIONADOS

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Credores por depósitos caucionados	64.503	90.491
Total	**64.503**	**90.491**

Credores por depósitos caucionados registram valores exigidos pela Companhia aos seus fornecedores, a título de garantia contratual.

29. CREDORES DIVERSOS (PASSIVO CIRCULANTE)

Credores Diversos	31/12/2019	31/12/2018
Credores Diversos	275.527	275.527
Resgate de Ações minoritário	6	6
Total	**275.532**	**275.532**

Credores Diversos referem-se a fornecedores de bens e serviços que não comprovaram documentos hábeis exigidos para o recebimento da prestação dos serviços realizados para empresas públicas. Resgate de ações de minoritário refelte o valor a pagar pelas ações com a saída do acionista minoritário na transformação em empresa pública (nota 35.1).

30. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Valor referente ao contrato de locação de sala comercial para fins de sede administrativa (Unidade Administrativa de Negócios) da Companhia. Conforme CPC 06 (R2) – Arrendamentos, o contrato de arrendamento precisa ser reconhecido a valor presente no ativo de direito de uso – Imobilizado (nota 18) e no passivo de arrendamento.
A baixa do Ativo se dá pela competência, sendo reconhecido mensalmente como depreciação do período. O Passivo é amortizado pelo pagamento do aluguel, sendo parte do valor mensal contabilizado no passivo e parte na despesa financeira de juros.

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Passivo de arrendamento	580.935	-
Subtotal Circulante	**580.935**	**-**
Passivo de arrendamento	4.781.545	-
Subtotal Não Circulante	**4.781.545**	**-**
Total	**5.362.480**	**-**

31. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTA (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Obrigações fiscais e trabalhistas	31/12/2019	31/12/2018
PORTUS/PARCELAMENTO	-	9.507.562
REFIS	-	294.100
Total	**-**	**9.801.662**

Por decisão da Administração, liquidou-se todo o saldo da dívida com o PORTUS, referente ao Termo de Confissão de Dívida assinado em 09/03/2005 (nota 22).
O parcelamento do REFIS foi transferido para o curto prazo devido aos prazos de vencimento.

32. OUTRAS OBRIGAÇÕES (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Outras Obrigações	31/12/2019	31/12/2018
Convênio SNP - Meio Ambiente Dragagem	2.431.070	2.431.070
Convênio SNP - Fiscalização Dragagem	4.411.991	4.391.397
Subtotal	**6.843.061**	**6.822.467**
Obrigações com fornecedores	341.220	-
Credores por depósitos Caucionados	220.826	235.118
Subtotal	**562.046**	**235.118**
Total	**7.405.107**	**7.057.586**

A conta Convênio SEP registra valores recebidos por meio de convênios firmados entre a SNP Secretaria Nacional de Portos e a Companhia. Os convênios têm como objetivo o repasse de recursos para execução de serviços técnicos operacionais e apoio à fiscalização e gerenciamento ambiental integrado da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória (Nota 13).
Credores por depósitos caucionados registram valores exigidos pela CODESA aos seus fornecedores, a título de garantia contratual.

33. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

Obrigações Societárias - AFAC		
Obrigações societárias	**31/12/2019**	**31/12/2018**
AFAC Governo Federal - Economia Mista	**-**	**201.736.012**
AFAC Governo Estadual - Economia Mista	**-**	**514.958**
Total	**-**	**202.250.970**

Os recursos recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, foram previstos no orçamento de investimentos da Companhia, que compõe o orçamento da União e destinados a atender o seu programa de obras. As aplicações dos recursos foram contabilizadas no ativo imobilizado da Companhia.
A União, ao liberar esses recursos para investimentos faz a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC na Companhia. Os acionistas minoritários são chamados para acompanharem a União, aportando ou não recursos para esse fim.
Os recursos recebidos, enquanto sociedade de economia mista, vinham sendo classificados na conta Obrigações societárias, do passivo não circulante, pelo fato de haver incidência de encargos financeiros do dia da liberação dos recursos até a data da capitalização, estabelecida no artigo 2º, do Decreto nº 2.673/98.
Esta forma de contabilização adotado pela Companhia era motivo de ressalvas recorrentes pela Auditoria Externa pois, em seu entendimento, considerando que o montante será capitalizado à Empresa como objeto para aumento das quotas de capital, os AFACs realizados sem que haja a possibilidade de sua devolução, devem ser registrados no patrimônio líquido conforme determina a Resolução CFC 1.159/2009.
Em face desse posicionamento recorrente da Auditoria Externa, a Administração da Companhia decidiu acatar a forma do registro contábil preconizada, transferindo o saldo, neste exercício findo em 31.12.2019, para conta do Patrimônio Líquido (nota explicativa 35.2).

34. PROVISÃO PLANO DE PENSÃO PORTUS – DÉFICIT ATUARIAL

Conta	31/12/2019	31/12/2018
Déficit Atuarial PORTUS	156.378.633	-
Total	**156.378.633**	**-**

Em 2019 a Companhia reconheceu no Passivo não circulante o valor de R$ 156.378.633 referente a provisão de déficit atuarial relativo ao plano de benefício PBP1, de benefício definido, junto ao instituto PORTUS, conforme estudo realizado por consultoria atuarial independente (Nota 43).

35. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

35.1 Capital social

Acionistas	R$	% Participação	Quant. Ações
Governo União	296.312.402	99,45368381%	2.303.523.488
Governo Estado do Espírito Santo	1.627.695	0,54631619%	12.653.653
Total	**297.940.097**	**100,00000000%**	**2.316.177.141**

O Capital Social da CODESA, após a transformação em Empresa Pública, com a saída do acionista minoritário Rio Invest Cons. Emp. Part. Ltda, é de R$297.940.097 e composto por 2.316.177.141 ações ordinárias.

35.2 Créditos para aumento de capital social

Recursos p/aumento de capital		
Créditos p/ aumento de capital social	**31/12/2019**	**31/12/2018**
AFAC Governo Federal - Empresa Pública	44.785.990	32.349.492
AFAC Governo Federal - Economia Mista	213.730.563	-
AFAC Governo Estadual - Economia Mista	545.577	-
Total	**259.062.130**	**32.349.492**

A Companhia após a saída do investidor privado, ficou com capital de origem exclusiva do poder público, no caso a União e o Estado do Espírito Santo, permitindo a sua transformação em empresa pública. Os recursos recebidos a título de AFAC, após essa transformação, estão contabilizados na conta de Patrimônio Líquido, consoante o entendimento de que não há incidência de encargos financeiros, conforme estabelece o Decreto 2.673/98, o Parágrafo único do art. 2º:
Art. 2º. Sobre os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários, para fins de aumento do capital de empresa ou de sociedade de que trata o artigo anterior, incidirão encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização.
Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos recursos que vierem a ser transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários a partir de 1o de janeiro de 2017, para fins de aumento do capital de empresa ou de sociedade cujo capital social seja constituído de recursos provenientes exclusivamente do setor público, cujo montante efetivamente investido deverá ser capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência. (Incluído pelo Decreto nº 8.945, de 2016)
No exercício findo em 31.12.2019, a Administração da Companhia decidiu pela transferência do saldo de R$ 214.276.140 dos AFACs recebidos de seus acionistas, a União e o Estado do Espírito Santo, enquanto sociedade de economia mista, que estavam classificados no Passivo não Circulante, pelos motivos expostos na nota explicativa 33. Sobre esses recursos são incorporados encargos financeiros, conforme disposto no artigo 2º, do Decreto 2673/98, acima citado.

35.3 Ajuste de Avaliação patrimonial

Ajuste de avaliação patrimonial	31/12/2019	31/12/2018
Plano de pensão – remensuração (Ganhos/Perdas) ORA	20.578.999	-
Total	**20.578.999**	**-**

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP1, de benefício definido, junto ao instituto PORTUS apontou uma perda líquida do valor de R$ 20.578.999 relativa ao compartilhamento de risco reconhecida em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (Nota 43).

35.4 Prejuízos Acumulados

O Prejuízo Acumulado de R$ 180.524.754 é resultado do saldo dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, acrescido do prejuízo no exercício de

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

2019 e de ajustes de exercícios anteriores.

Saldo em 31/12/2018	**(15.191.369)**
Prejuízo em 31/12/2019	(13.827.387)
Ajuste exercícios anteriores	(151.505.998)
Saldo em 31/12/2019	**(180.524.754)**

35.4.1 Ajustes de exercícios anteriores

De acordo com a Lei da S/A (Lei 6.404/1976), o lucro líquido do exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período. (Art. 187, § 1º)

A regularização contábil, por meio de ajustes de exercícios anteriores, não provoca reflexo no resultado do período em que ocorre a sua escrituração, porque envolve somente contas "patrimoniais", uma vez que não pode afetar outro período (ano) que não seja aquele em que ocorreu.

O CPC 23 define critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação de mudança nas políticas contábeis, a mudança nas estimativas contábeis e a retificação de erro. O Pronunciamento tem como objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações contábeis de outras entidades.

Desta forma a Companhia realizou os lançamentos demonstrados no quadro abaixo também considerados na DRA – Demonstração do Resultado Abrangente (Nota 47).

Saldo em 31/12/2018	**5.682.324**
Ajustes imobilizado	(16.568.807)
Valor provisionado ref assist. médica	3.888.216
Outros valores	31.303
Constituição provisão déficit atuarial	(138.856.710)
Transferência para Lucros/Prejuízos acumulados	145.823.674
Saldo em 31/12/2019	**(0)**

36. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Contas	2019	2018
Utilização Infraestr. portuária	45.777.761	39.039.359
Armazenagem	5.375.301	6.008.569
Movimentação de carga	24.335.336	23.956.531
Serviços diversos	10.188.866	7.923.922
Receita Contratos	33.950.753	32.856.936
Outras receitas	137.463	676.408
Receitas patrimoniais	34.862.680	34.200.233
Subtotal	**154.628.161**	**144.661.958**
Impostos incidentes s/ serviços	(16.994.176)	(15.875.039)
Total	**137.633.985**	**128.786.919**

A receita operacional líquida é formada por receitas tarifárias oriundas de utilização de infraestruturas terrestre e portuária, serviços gerais e por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamento de áreas nos portos organizados sob jurisdição da Companhia, deduzida dos tributos devidos.

No exercício findo em 31/12/2019, houve um crescimento de 6,87% na receita operacional líquida, quando comparado ao exercício anterior, decorrente de aumento na movimentação de cargas e na revisão tarifária a partir de 1º de maio de 2019.

O aumento no volume da movimentação de cargas, foi de 4,26%, no exercício de 2019, quando comparado com o exercício anterior, alcançando 6.990.267 toneladas, com reversão da queda de 10,3% ocorrida no 1º quadrimestre de 2019.

A ANTAQ autorizou uma revisão tarifária, média de 17,25%, através de Resolução nº 6771, de 14/03/2019, com aplicação a partir de 1º de maio, conforme Resolução CODESA nº 29, de 11/04/2019.

37. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A coluna "2018 Reclassificado" no quadro de Custos Operacionais representa a reclassificação da conta Recuperação de Despesas para as respectivas contas de origem dos custos. Desta forma, possibilitou-se uma melhor comparação entre os exercícios de 2019 e 2018, haja vista que, em 2019, adotou-se a prática de utilizar a conta de origem.

Reclassificação em 2018
de Recuperação de Despesas, para:

Contas	Custo
Pessoal e encargos sociais	101.106
Assistenciais	763.801
Serviços de Terceiros	109.966
Total Reclassificado	**974.873**

Contas	2019	2018 Reclassificado
Pessoal e encargos sociais	(35.706.562)	(36.835.172)
Custos assistenciais	(5.387.285)	(5.136.124)
Serviços de terceiros	(13.736.774)	(12.731.400)
Utilidades e materiais	(2.548.965)	(3.093.960)
Seguros	(262.167)	(305.103)
Depreciação e amortização	(7.253.344)	(7.237.109)
Total	**(64.895.097)**	**(65.338.948)**

Os custos dos serviços prestados sofreram uma pequena redução de 0,68%, no exercício de 2019, quando comparado ao exercício anterior.

Quanto ao custo de pessoal e encargos sociais, verificou-se o término do benefício de desoneração da folha de pagamento a partir de setembro de 2018. Em contrapartida, a Administração da Companhia decidiu pela demissão de empregados nos meses de julho e outubro. Como resultado final, o custo de pessoal e encargos sociais sofreu um decréscimo marginal de 2,68% em 2019. Esta medida de contenção dos custos de pessoal e encargos sociais tende a refletir um resultado econômico-financeiro mais positivo para a Companhia já a partir de 2020.

O aumento dos gastos com custos assistenciais de 4,89% foi decorrente de casos episódicos de utilização e pelo uso do plano de saúde, no período de aviso prévio das demissões ocorridas no ano.

O aumento de 8,44% (acréscimo de R$ 1.005.374) em serviços de terceiros deveu-se a: a) reajustes de preço já previstos nos respectivos instrumentos contratuais que vinculam a Companhia; b) aumento de custos com sinalização náutica que é necessária para viabilizar o acesso de embarcações com maior capacidade de movimentação de carga e, portanto, com maior potencial de geração de receita para a Companhia; c) aluguel e manutenção de equipamentos e câmeras de segurança necessários para que a Companhia obtenha a certificação ISPSCODE; d) contratação de vigilância por período provisório e para abarcar situação pontual na localidade denominada morro da Franel; e) por fim, reclassificação de gastos com meio ambiente (parte destes últimos foi classificada em despesa no ano de 2018).

A conta de utilidades e materiais teve uma redução de 17,6% devido a redução da conta de energia elétrica e de materiais, peças e acessórios.

Ainda sobre a qualificação e racionalidade do custeio da Companhia, recomenda-se a leitura do item subsequente que noticia a redução dos gastos no exercício de 2019, com serviços de terceiros em 28,5% e gerais e materiais em 16,58%.

38. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A coluna "2018 Reclassificado" no quadro de Despesa representa a reclassificação da conta Recuperação de Despesas para as respectivas contas de origem da Despesa. Desta forma, possibilitou-se uma melhor comparação entre os exercícios de 2019 e 2018, haja vista que, em 2019, adotou-se a prática de utilizar a conta de origem.

Reclassificação em 2018
de Recuperação de Despesas, para:

Contas	Despesas
Pessoal e encargos sociais	700.852
Assistenciais	591.522
Despesas Judiciais	53.368
Total Reclassificado	**1.345.742**

Contas	2019	2018 Reclassificado
Pessoal e encargos sociais	(34.958.272)	(27.888.224)
Despesas assistenciais	(11.193.419)	(11.164.235)
Serviços de terceiros	(7.579.192)	(10.600.591)
Gerais e materiais	(3.930.148)	(4.711.188)
Depreciação e amortização	(364.602)	(339.704)
PECLD (Reclassificado)	(6.960.182)	(4.809.169)
Despesas não dedutíveis	(269.549)	(387.425)
Despesas Ações Judiciais	(6.759.914)	(8.332.024)
Total	**(72.015.278)**	**(68.232.560)**

As despesas com pessoal e encargos sociais apresentaram um aumento de 25,35% no exercício, quando comparado ao exercício anterior, decorrentes de: a) gastos de R$ 11.760.907, de rescisão de contratos de trabalho de 55 colaboradores ocorridas em julho e outubro, correspondente a uma redução do quantitativo do quadro de pessoal, passando de 314 para 259 empregado; b) aumento em encargos sociais devido ao término do benefício da desoneração da folha de pagamento a partir de setembro de 2018. Se compararmos as despesas de pessoal e encargos sociais sem os gastos com rescisão de contratos de trabalho, apresentaria já no exercício de 2019, uma redução de 16,82% nessa conta.

Os gastos com despesas assistenciais tiveram um leve aumento de 0,26%.

A redução dos gastos no exercício de 2019, com serviços de terceiros em 28,5% e gerais e materiais em 16,58%, reflete ações tomadas pela Companhia no programa de qualificação do custeio com redução de despesas, renegociação e/ou não renovação de contratos com prestadores de serviços.

39. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Contas	2019	2018
Despesa Impostos e taxas municipais e estaduais	(147.893)	(151.071)
Despesa Impostos e taxas federais	(691.096)	(801.133)
Total	**(838.990)**	**(952.204)**

Os impostos e taxas municipais tratam de alvará de funcionamento e taxa de limpeza pública.

Com relação aos impostos federais, a despesa representativa é taxa de alfandegamento.

40. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	2019	2018
Provisões passivas	**(12.205.405)**	**(9.554.435)**
Despesas Provisões cíveis e trabalhistas	*(8.541.402)*	*(9.554.435)*
Provisão Assitência Médica	*(3.222.893)*	-
Provisões outros créditos	*(440.831)*	-
Outras	*(279)*	-
Outros ganhos/perda de capital	**79.098**	-
Reversões Operacionais	**800.000**	**1.766.292**
Receitas Eventuais (Reclassificação 2018)	**4.278.617**	**2.813.730**
Resultado Receitas/Desp. líquidas	**(7.047.690)**	**(4.974.413)**

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

O aumento de despesas com provisões passivas está assim composto: a) despesa provisões cíveis e trabalhistas: ajuste realizado conforme orientação técnica do setor jurídico da Companhia (nota 27); b) provisão assistência médica: refere-se à adequação do critério de provisionamento de créditos de liquidação duvidosa de despesas médicas a recuperar de empregados e aposentados, conforme descrito na nota 11; c) provisão outros créditos: refere-se à baixa de valores do ativo imobilizado em processo de classificação, decorrente de apuração de falta em inventário ou de descontinuidade como demolição de imóveis, conforme consta na (Nota 18).
A conta de reversão operacionais de R$ 800.000 é decorrente de recuperação de valor provisionado como perda, mediante realização de obras de melhorias no Porto de Vitória, conforme Termo de Compromisso entre CODESA e TVV – Terminal de Vila Velha.
As receitas eventuais são decorrentes em parte de recuperação de créditos de PIS/COFINS e recuperação de despesas. Esta conta em 2018, foi reclassificada no valor de R$ 2.320.615, parte em recuperação de despesas, para as contas de origem de custos e despesas, para permitir comparação com o exercício de 2019, conforme (notas 37 e 38).
Compondo as receitas eventuais consta um lançamento no valor de R$ 3.057.076 referente ao custo líquido de contribuição do patrocinador no exercício de 2019 ao plano de benefício pós emprego do PORTUS (Nota 43).

41. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Contas	2019	2018
Receitas financeiras	6.064.614	5.000.000
Variação monetária ativa	396.380	737.670
Subtotal	**6.460.994**	**5.737.670**
Despesas financeiras	(1.053.371)	(1.551.152)
Variação monetária Passiva	(12.071.940)	(12.124.422)
Subtotal	**(13.125.311)**	**(13.675.574)**
Total	**(6.664.318)**	**(7.937.904)**

As receitas financeiras são decorrentes de aplicações financeiras e atualizações monetárias sobre depósitos judiciais. As despesas financeiras são relativas a encargos do parcelamento da dívida com o "Portus-parcelamento" e a impostos incidentes sobre receitas financeiras. A variação monetária passiva é relativa às Obrigações societárias – Adiantamento para aumento de capital (nota 32) crédito de acionistas, atualizado mensalmente pela taxa Selic.

42. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.
A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As aplicações de saldos de caixa são efetuadas de acordo com o disposto no decreto-lei 1.290/73 e Resolução BACEN 3.285/2005 em fundos de investimento extra mercado administrados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

42.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Valor Justo		Valor contábil	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valor justo por meio de resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalente de caixa					
Aplicações financeiras	4	30.249.453,00	65.253.569,92	30.249.453,00	65.253.569,92
		30.249.453,00	65.253.569,92	30.249.453,00	65.253.569,92
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa					
Bancos conta movimento	4	152.076,67	93.939,14	152.076,67	93.939,14
Clientes	5	11.142.301,26	12.737.451,55	11.142.301,26	12.737.451,55
Valores negociados	6	2.741.096,85	0,00	2.741.096,85	0,00
Assistência médica a recuperar	11	3.063.674,68	0,00	3.063.674,68	0,00
		17.099.149,46	12.831.390,69	17.099.149,46	12.831.390,69
		47.348.602,46	78.084.960,61	47.348.602,46	78.084.960,61
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	20	4.630.656,10	5.604.323,07	4.630.656,10	5.604.323,07
Obrigações societárias	33	214.276.140,04	202.250.969,79	214.276.140,04	202.250.969,79
Arrendamentos e aluguéis	30	5.362.480,70	0,00	5.362.480,70	0,00
		224.269.276,84	207.855.292,86	224.269.276,84	207.855.292,86

42.2 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, conforme seu modelo de negócio, pois a Companhia possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

42.3 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os passivos financeiros da Companhia são classificados e mensurados como custo amortizado.

43. PLANO DE PENSÃO/ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar, de benefício definido, e faz o primeiro reconhecimento contábil da situação atuarial do fundo, no exercício findo em 31/12/2019, com base em estudo realizado por consultoria atuarial independente e em atendimento ao CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados.
A gestão do plano de aposentadoria complementar da Companhia é responsabilidade do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, administrador fiduciário de recursos de terceiros, cujo patrimônio administrado fiduciariamente pertence, na forma da legislação, exclusivamente aos seus participantes e assistidos (aposentados e pensionistas) e multipatrocinado por 14 empresas, em sua maioria de origem pública, de forma paritária. Os recursos administrados pelo Instituto PORTUS fiduciariamente se dá em um único plano - Plano de Benefícios PORTUS 1 - PBP1 - na modalidade benefício definido.
As obrigações com os planos de benefícios definidos de aposentadoria são provisionadas de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e financeiras, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.
O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: a) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; b) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e c) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.
Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: a) ganhos e perdas atuariais e b) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

43.1. Benefícios pós-emprego – Planos de benefícios definidos de aposentadoria

A Companhia possui obrigações contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

43.2. Cálculo atuarial do plano pós-emprego

As Leis Complementares nº. 108/2001 e nª. 109/2001, bem como a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC 26/2008, determinam que o déficit deve ser equacionado paritariamente entre as patrocinadoras (multipatrocinadoras) e os participantes e assistidos do PORTUS.
O saldo do Plano Portus considera a proporção dos compromissos futuros com cada patrocinadora. Os respectivos passivos atuariais foram recalculados, individualmente para cada patrocinadora, pelos atuários independentes somente na avaliação atuarial anual para o exercício de 2019.
O estudo atuarial do plano de benefícios apresenta déficit de R$ 138,9 milhões acumulado até o exercício de 2018, atualizado até dezembro de 2019, com base na meta atuarial (inflação 3,50% a.a.), para R$ 156,4 milhões.
Os valores apurados, para a Companhia conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial, bem como a movimentação no valor justo dos ativos do plano e a movimentação dos demais eventos estão demonstradas a seguir:

A.	Conciliação da obrigação de benefício definido	31/dez/19	31/dez/18
1	**Obrigação de Benefício Definido no início do ano**	**284.481.225**	-
2	Custo do serviço corrente (parte patronal)	568.308	
3	Custo dos juros	25.250.643	-
4	Contribuições de participantes do plano	1.392.435	-
5	Benefícios pagos	-14.738.744	-
6	(Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-81.951.519	-
	6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-	-
	6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-	-
	6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-	-
	6.c. Ajustes de experiência	-	-
	6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	-
7	Emendas no plano		
8	Reduções	-	-
9	Liquidações	-	-
10	Benefícios especiais de desligamento	-	-
11	**Obrigação de Benefício Definido no final do ano**	**213.866.232**	**284.481.225**

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

D.	Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	31/dez/19	31/dez/18
1	**Valor justo dos Ativos do plano no início do ano**	**24.707.624**	-
2	Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-11.936.760	-
3	Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	13.764.097	-
4	Contribuições dos participantes	1.392.435	-
5	Benefícios pagos (líquido)	-14.738.244	-
6	Receita dos juros	1.959.320	-
7	Emendas no plano	-	-
8	Reduções	-	-
9	Liquidações	-	-
10	Benefícios especiais de desligamento		
11	Valor justo dos ativos do plano no final do ano	**15.148.472**	**24.707.624**
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos		-	-

C.	Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	31/dez/19	31/dez/18
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício			
1	Custo do serviço corrente (parte patronal)	-568.308	-
2	Custo líquido dos juros	11.275.329	
2.1	2.1 Custo dos juros da obrigação	25.250.643	-
2.2	2.2 Receita de juros ativos	-1.959.320	-
2.3	2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	-12.015.994	-
3	Custo do serviço passado	-	-
4	Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-
5	Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-
6	Benefícios especiais de desligamento	-	-
7	Ajuste do limite de ativo líquido	-	-
8	**Custo do benefício pós-emprego no período**	**10.707.021**	-
	Contribuições do Patrocinador	-13.764.097	-
8a.	**Custo líquido no período**	**-3.057.076**	-
Montante a ser reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)			
9	**Custo total reconhecido em ORA no início do ano**	81.951.519	
10	Perdas (ganhos) atuariais	11.936.760	-
11	Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	-
12	Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	90.593.758	-
13	Efeito compartilhamento de riscos	**20.578.999**	-
14	**Custo total reconhecido em ORA**		
(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos			

D.	Montantes reconhecidos no balanço	31/dez/19	31/dez/18
1	Valor presente das obrigações fundeadas	-15.148.472	-24.707.624
2	Valor justo dos ativos do plano	15.148.472	24.707.624
3	Excesso de cobertura	-	-
4	Valor presente das obrigações não fundeadas	-190.717.760	-259.773.001
5	Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
6	(Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-
5	Ajuste do limite de ativo líquido	-	-
6	**(Passivo) / Ativo líquido inicial**	**-198.717.760**	**-259.773.601**
	6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	97.334.252	-
	6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	19.315.033	25.393.119
7	**(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado**	**-82.068.475**	**-234.380.482**
	7.1. Efeito compartilhamento de riscos - participantes	42.339.126	120.916.891
	7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-
	7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-
8	**(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido**	**-156.378.634**	**-138.856.710**
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa		-	-
9	**(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido**	**-156.378.634**	**-138.856.710**

D.1.	Efeito da restrição da obrigação atuarial - compartilhamento de riscos com participantes e assistidos	31/dez/19	31/dez/18
1	**Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior**	**120.916.891**	
2	**Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual**	**42.339.126**	**120.916.091**
3	Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	-78.577.764	120.916.891
4	Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	-12.015.994	-
5	Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-
6	**Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA**	**-90.593.758**	**120.916.891**

E.	Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	31/dez/19	31/dez/18
1	**Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano**	**-138.856.710**	-
2	Custo líquido no período (Resultado do Exercício)	-10.707.021	-
3	Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	70.014.759	
4	Contribuição do empregador para o plano	13.764.097	-
5	Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-
6	Combinações de negócios	-	-
7	Alienações do plano	-	-
8	Ganho / perda cambial	-	-
9	Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-
10	Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	-90.593.758	-
11	**Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano**	**-156.378.634**	**-138.856.710**

F.1.	Conciliação de movimentação do efeito do teto de ativo não reconhecido	31/12/2019	31/12/2018
1	**Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício**		
2	Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-
3	Variação no efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-
4	**Efeito do teto de ativo não reconhecido no final do exercício**	-	-

43.3 Valor justo dos ativos

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada conforme a seguir:

I.	Valor Justo dos Ativos do Plano	31/dez/19	31/dez/18
1	**Principais Categorias de Ativos (%)**		
	1.a Disponível	0,18%	0,00%
	1.b Realizável (Prevê Adm)	15,43%	35,06%
	1.c Títulos Públicos	10,47%	0,00%
	1.d Créditos Privados e Depósitos	0,00%	0,00%
	1.e Ações	28,96%	18,32%
	1.f Fundos de Investimentos	**10,77%**	**24,55%**
	Renda Fixa	10,70%	24,55%
	Imobiliário	0,07%	0,04%
	1.g Investimentos Imobiliários	31,33%	20,24%
	1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%
	1.i Outros - Depósitos Judiciários	2,07%	1,79%
Total		**100,00%**	**100,00%**

2	**Principais Categorias de Ativos (montante)**		
	2.a Disponível	658.202	4.142
	2.b Realizável (Prevê Adm)	57.103.228	204.473.918
	2.c Títulos Públicos	38.747.719	-
	2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-
	2.e Ações	107.203.407	100.039.311
	2.f Fundos de Investimentos	**39.860.032**	**143.419.024**
	Renda Fixa	39.618.331	143.173.038
	Imobiliário	241.701	245.986
	2.g Investimentos Imobiliários	115.981.731	118.048.022
	2.h Empréstimos e Financiamentos	172	172
	2.i Outros - Depósitos Judiciários	10.627.017	10.469.327
Total		**370.181.588**	**583.253.916**

(+)	Ajuste Valor de Mercado		
(-)	Contribuições Contratadas em atraso	-8.827.617	-80.414.925
(-)	Uso Próprio	-5.654.444	-7.491.376
(-)	Exigível Operacional	-18.651.876	-10.481.635
(-)	Exigível Contingencial	-15.679.908	-17.042.737
(-)	Fundo Previdencial	-40.347.927	-43.409.750
(-)	Fundo de Investimento	-6.797.777	-6.136.997
(-)	Fundo administrativo	-69.663.610	-84.635.402
Valor		**204.558.429**	**333.641.094**

	Rentabilidade projetada (até 12/20xx)	-	-
	Saldo Previdencial projetado (até 12/20xx)	-	-
Valor		**204.558.429**	**333.641.094**
	Percentual rateio	7,405%	7,405%
Valor		**15.148.472**	**24.707.624**

43.4 Premissas atuariais

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos do plano.

F.	Premissas adotadas (final do ano)	31/dez/19	31/dez/18
1	Taxa de desconto (nominal)	6,853%	9,096%
2	Retorno esperado dos ativos do plano	6,853%	9,096%
3	Taxa nominal de crescimento salarial futuro	4,00%	4,00%
4	Indexador do benefício (apenas inflação)	3,50%	4,00%
5	Idade média de aposentadoria	N/A	N/A

G.	Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	31/dez/19	31/dez/18
1	Data efetiva	31/ago/19	31/dez/18
2	Participantes ativos (passivo principal)	102	102
3	Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	553	560
3.a	3.a. Aposentados	336	342
3.b	3.b. Pensionistas	217	218
4	Número total de participantes	655	662

H.	Período de amortização	31/dez/19	31/dez/18
1	Média esperada de vida de trabalho restante	0,00	1,00
2	*Duration* da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,50

J.	Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	31/dez/19	31/dez/18
1	Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D
2	Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
3	Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
4	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
5	Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

43.5 Equacionamento do déficit atuarial

O equacionamento do déficit está sendo realizado de acordo com um plano proposto pelo PORTUS, nos termos e condições descritos na nota 49.3, aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia.

44. MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO

Na forma do item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139 do Ministério da Fazenda, de 17/03/1988, e em atendimento ao art. 1º da Resolução CGPAR nº 03/2010, alínea "e", em setembro de 2019, a maior e a menor remuneração, assim como a média salarial dos empregados, administradores e dirigentes da Companhia estão apresentadas na tabela abaixo.

Remuneração	Maior R$	Menor R$	Média R$	Quantidade
Conselheiros	2.831	1.132	2.333	9
Diretores	32.474	27.733	28.918	4
Empregados	37.756	4.053	12.568	259

Valores computados pelo Recursos Humanos referente Remuneração adicionadas as vantagens e benefícios conforme Resolução CGPAR.

45. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Na apresentação da DFC, as informações relativas aos recursos financeiros oriundos do Tesouro Nacional (conta SIAFI) e dos convênios, ambos destinados a investimentos, são classificadas como atividade de financiamento.

46. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA, está preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

47. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A CODESA apresentou em 2019 a Demonstração de Resultados Abrangentes – DRA conforme o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis visando informar quanto os ajustes efetuados no Patrimônio Líquido que não afetaram o resultado líquido do exercício.

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de:

a) ganhos e perdas atuariais e retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido referente ao Plano pós emprego (notas 43 e 35.4.1);

b) ajustes de valores do Ativo Imobilizado (notas 18 e 35.4.1);

c) PECLD sobre assistência médica a recuperar (notas 11 e 35.4.1);

d) outros ajustes (nota 35.4.1)

48. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é uma empresa pública, controlada pela União Federal, que detém 99,4536837% do capital e o Estado do Espírito Santo com 0,5463163%, do capital, não possuindo empresas subsidiárias e nem coligadas.

As transações registradas entre a Companhia e seus acionistas são aportes realizados a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, destinados às aplicações no programa de investimentos.

São dois tipos de AFAC recebidos pela Companhia, um quando era sociedade de economia mista e outro após a sua transformação em empresa pública, ocorrida em 30/06/2018. Esta distinção é necessária, uma vez que sobre os recursos recebidos, enquanto sociedade de economia mista, incidem encargos financeiros, à taxa Selic, no período compreendido entre as datas de sua liberação e integralização, conforme disposto no Decreto nº 2.673/98. Estes casos estavam sendo contabilizado no Passivo não circulante e foram transferidos para o Patrimônio Líquido em 31/12/2019. Sobre os recursos recebidos como empresa pública não incidem encargos financeiros, sendo o seu valor registrado em conta para

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

esse fim no Patrimônio Líquido, pelo seu valor original. A tabela abaixo demonstra a posição dessas operações nos exercícios findos em 31/12.

Composição do adiantamento para aumento de capital - R$				
Partes Relacionadas	31.12.2019		31.12.2018	
	Economia mista	Empresa pública	Economia mista	Empresa pública
	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
União Federal	213.730.563	44.785.990	201.736.012	32.349.491
Estado do Espírito Santo	545.577	-	514.958	
Total	**214.276.140**	**44.785.990**	**202.250.970**	**32.349.491**

Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro:

Remuneração/Honorários + benefícios + encargos	2019		2018	
	Diretoria Executiva	Conselhos Administrativo e Fiscal	Diretoria Executiva	Conselhos Administrativo e Fiscal
Número de membros	4	9	4	9
Valor da maior remuneração individual	40.706	3.397	39.234	3.397
Valor da menor remuneração individual	35.142	1.359	33.818	3.397
Valor médio remuneração individual	36.533	2.800	35.172	3.397

49. EVENTOS SUBSEQUENTES

49.1 Bloqueio Judicial

Com relação ao depósito judicial de R$ 28.142.818, referido na nota 14, ocorreu sessão de julgamento do recurso interposto pela Companhia, nos dias 27/01/2020 e 03/02/2020.

Em 03/02/2019 o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, deu provimento do agravo por instrumento n.º 0027708-90.2019.8.08.0024, interposto pela Companhia, para o fim de reconhecer a incompetência absoluta da Justiça Estadual para processar e julgar a demanda e, assim, declarar a invalidade da penhora, determinando a devolução dos valores bloqueados à Companhia. Após a publicação do acórdão a Secretaria da 4ª Câmara Cível do TJES determinou ao BANESTES a restituição dos valores à Companhia. A devolução ocorreu no dia 10/03/2020, através de um TED de levantamento de depósito judicial na conta corrente da CODESA no Banco do Brasil.

49.2 Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2020

A Companhia e seus empregados, representados pelos Sindicato dos Trabalhadores Portuários, Portuários Avulsos e com Vínculo Empregatício nos Portos do Estado do Espírito Santo – (SUPORT/ES), Sindicato da Guarda Portuária (SINDGUAPOR) e Sindicato dos Aquaviários (AQUASIND), após negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2020, firmaram uma proposta previamente aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, que foi submetida à SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, órgão do Ministério da Economia para análise e aprovação final. (PE 56, 1057 e 1123/2019).

Até que ocorra a eventual aprovação pela SEST a proposta de acordo não produz nenhum efeito jurídico.

49.3 Benefício pós emprego – Plano previdenciário de benefício definido

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC.

O PBP1 está estruturado na modalidade de benefício definido, inicialmente patrocinado pela PORTOBRAS e com a sua extinção, pela Medida Provisória nº 151 de 1990, convertida na Lei nº 8.029, do mesmo ano, o plano passou a ser multipatrocinado por 14 empresas, em sua maioria de origem pública, pois, à exceção do PORTUS, privado, as demais patrocinadoras envolvem 8 empresas federais, 4 estaduais e 1 municipal.

O plano PBP1 apresenta insuficiência patrimonial, cabendo aos patrocinadores, incluindo-se a Companhia, proceder ao equacionamento, respeitando-se as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para entidades fechadas de Previdência Complementar.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") e também o interventor, manifestaram que a liquidação deverá ocorrer caso não seja aprovado um novo plano de equacionamento.

Dada a iminente possibilidade de liquidação e a obrigação legal dos patrocinadores de promoverem e implantarem um plano de equacionamento, que assegure a viabilidade e sustentabilidade do Plano de Previdência, o Portus elaborou proposta de alteração regulamentar e estratégia previdencial visando à recuperação do PBP1 – CNPB nº 1978.0005-29, para equacionar o gravíssimo déficit financeiro do plano. A alteração regulamentar trata-se de medida relevante, assim entendida como a relação entre custo e benefício a ser observada na atividade pública, com destaque para a análise contida no parecer atuarial que evidencia os seguintes benefícios para as patrocinadoras, os participantes e demais stakeholders envolvidos:

- Evita o cenário de liquidação extrajudicial, a qual poderia propiciar um ambiente político e social totalmente desfavorável, numa atividade econômica essencial;
- Recupera a prometida proteção social a um universo de quase 10 mil famílias que depositaram as esperanças de seu futuro no PORTUS;
- Traz segurança e credibilidade ao universo da Previdência Complementar Fechada, mais notadamente a patrocinada pelo setor público;
- A solução proposta não retira dos interessados a segurança de uma renda complementar mesmo com um poder de compra reduzido em função de toda a estratégia;
- Pacifica a relação entre os trabalhadores portuários, assistidos e os patrocinadores, permitindo a criação de soluções específicas para cada patrocinadora, após sua implementação;
- A partir de sua implementação as demonstrações patrimoniais de cada patrocinadora se darão de forma independente em decorrência da não solidariedade, atendendo a um pleito histórico de diversas destas patrocinadoras;
- Protege o estado de inevitáveis demandas judiciais de responsabilização no caso de liquidação do plano e da Entidade, não sendo a estratégia exitosa.

A proposta de alteração regulamentar do Plano de Benefícios Previdenciários do PORTUS 1 – PBP1 – CNPB nº 1978.0005-29 (Parecer RN/PORTUS nº 001/2020), sob a liderança técnica da consultoria atuarial contratada, a Rodarte Nogueira, e com a participação do Instituto Portus, das Patrocinadoras, os Sindicatos representantes dos assistidos e participantes ativos, e a AGU, por meio de sua Câmara de Arbitragem, a CCAF.

O quadro de desequilíbrio técnico do PBP1, cujo déficit atuarial atingiu patamares elevadíssimos (a insuficiência de recursos financeiros atinge cerca de 95% do compromisso), alcançando a cifra de R$ 3.329.342.347.

O parecer atuarial que sustenta a proposta informa que a revisão do regulamento do PBP1 tem por finalidade eliminar o déficit do Plano, retomar sua solvência e resguardar seu equilíbrio econômico-financeiro. Para tanto, é necessário reduzir os compromissos futuros do Plano, o que exige a renúncia de direitos dos participantes, bem como estabelecer contribuição extraordinária aos assistidos. Em contrapartida, as patrocinadoras, em linha com a responsabilidade paritária, e atendendo as diretrizes da Resolução CGPC nº 25, de 2018, comprometem-se a contribuir financeiramente, assumindo novas obrigações junto ao Plano.

O parecer atuarial estima que "as reduções de direito propostas aos participantes representam uma redução de R$ 1.213.637.628, dos compromissos do Plano, isto é, os participantes e assistidos "financiam" cerca de 36,45% do déficit técnico apresentado de R$ 3.329.342.347.

Em contrapartida à redução de direitos, os patrocinadores devem firmar um Termo de Compromisso Financeiro – TCF para aportar o montante de R$ 1.138.829.184, apurado de acordo com a proporção contributiva, e devem continuar honrando a obrigação de contribuir com o mesmo montante adicional a ser descontado dos assistidos, apurado respeitando-se a proporção contributiva, demonstrada abaixo:

De acordo com o estudo o valor a ser coberto pela Companhia a título de Termo de Compromisso Financeiro - TCF é de R$ 84.387.243.

Após a assinatura do TCF, o déficit restante a ser equacionado será de R$ 976.875.534,24 (novecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

O equacionamento do déficit remanescente se dará pela instituição de contribuição extraordinária pelo prazo compatibilizado com aquele previsto para a liquidação dos compromissos abrangidos pelo passivo atuarial do plano de benefícios. Para financiar o restante do déficit de responsabilidade dos participantes, a contribuição mensal dos assistidos, que equivale a um desconto no benefício mensal recebido, deve ser incrementada em 18,45 pp.

Por sua vez, a Companhia assumirá por meio do TCF, uma dívida de R$ 84.387.243 para a posição de março de 2020. Essa dívida deverá ser paga, com um desembolso inicial, a ser pago em 5 parcelas anuais e parcelas mensais corrigidas pelo INPC. Além disso, a Companhia honrará seu compromisso de patrocinadora de contribuir de forma paritária, e depositará o mesmo montante que for pago pelos participantes assistidos (excluindo-se pensionistas) a título de contribuições extraordinárias mensais, estimadas em R$ 198.054 com duração indefinida, enquanto o plano existir em seu formato atual de Benefício Definido (BD).

Diante do exposto ficou amplamente demonstrado que o atual Plano de Benefícios – PBP1, do Instituto Portus, está em estado de insolvência e, portanto, a atual forma de financiamento não seria suficiente para honrar com todos os benefícios previstos inicialmente no plano.

O estudo da Consultoria revelou que os valores atualmente pagos ao Portus por essa Patrocinadora vêm gerando um déficit progressivo ao PBP1 e a despesa gerada pela diferença resultante dos pagamentos atuais para aqueles que deveriam ser de fato repassados, ao longo do tempo, nunca foram reconhecidos e, portanto, de igual forma lançados nas demonstrações contábeis. O reconhecimento do valor proposto pela consultoria por meio de eventual TCF, não se estará, tecnicamente, gerando novas despesas, mas sim reconhecendo e negociando tais despesas em condições factíveis a esta Companhia.

Diante das informações apresentadas no Plano de Equacionamento, a Companhia aprovou, na reunião 1.833ª da Diretoria Executiva, a assinatura do Termo de Compromisso Financeiro, relativa a sua cota de rateio, ou seja, o valor de R$ 84.387.243, nos termos propostos, desde que incluída cláusula condicional da eficácia do acordo, e tenha prévia aprovação do Ministério da Infraestrutura, Ministério da Economia e de todas demais patrocinadoras e submeteu à análise e deliberação do Conselho de Administração, que em sua reunião de 20/02/2020, aprovou a assinatura do TCF, determinou providências à Diretoria Executiva para promover a cisão do plano da Companhia em relação à sua participação no Portus e estudar oportunidade e a possibilidade de retirada da Companhia do plano de benefício definido atual e migrar para plano de contribuição definida.

49.4 Recuperação Crédito REFIS

Quanto à repetição de indébito tributário (nota 9), em 28/01/2020, a Companhia recebeu via e-CAC a Comunicação nº 200127 para que seja efetuada a compensação tributária de oficio. Nesse documento a Receita Federal apontou um débito de parcelas ainda a vencer do parcelamento de saldo remanescente dos programas Refis, Paes, Paex e parcelamentos ordinários (Modalidade Lei nº 11. 941/2009) solicitando manifestação da CODESA quanto a compensação de oficio do débito (R$ 346.615,73) e solicitando a conta bancária para restituição do valor remanescente de R$ 4.714.322.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

49.5 Impacto do COVID-19 nos negócios da Companhia
A Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia, publicou a Nota Informativa "O Coronavírus e seu Impacto Econômico no Brasil", de 11/03/2020, que pode ser acessada pelo link http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacões
Na nota, a SPE discute: i) os possíveis efeitos que a epidemia do novo Coronavírus pode produzir sobre o crescimento econômico brasileiro em 2020; ii) os principais canais pelos quais a epidemia pode afetar o Brasil, que são: redução nos termos de troca, queda na demanda mundial por produtos brasileiros e queda na produtividade.
Destaca que ainda há muita incerteza acerca da magnitude dos choques à frente, e da inclusão de novos choques como o financeiro. Acredita que a maioria dos choques terá apenas efeitos transitórios sobre a economia e que após a estabilização da situação, haverá uma retomada acelerada no ritmo de atividade, puxada pelo movimento de reposição de estoques, melhora nos termos de troca e aumento na produtividade.
A nota ressalta que é ainda muito cedo para precisar o impacto.
Na medida em que os efeitos de redução nos termos de troca e queda na demanda por produtos brasileiros forem confirmados, os portos também deverão sofrer redução em sua movimentação, que se espera tenham efeitos temporários e que a retomada se dê conforme previsto pela SPE.

Vitória (ES) 19 de março de 2020.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor Presidente

Jean Ricardo Alves Duque
Diretor de Administração e Finanças

João Augusto da Cunhalima
Diretor de Infraestrutura e Operações

Bruno Luciano Fardin
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

Katia Lima Marinato
Coordenadora Contábil-CRC/ES 018609-0

V. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros da
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Demonstração do Valor Adicionado
As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram, por nós examinadas, no qual emitimos o relatório em 22 de fevereiro de 2019, com as modificações descritas a seguir: Conciliação de ativo imobilizado - ausência de conciliação do inventário com a contabilidade, sem os possíveis ajustes advindos do inventário físico dos bens; não sendo possível mensurar os ajustes nas contas de depreciação acumulada e amortizações, e os reflexos sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido; Ausência de reconhecimento de dívida com a PORTUS, patrocinada pela CODESA, que optou por não reconhecer a dívida em suas demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2018, não sendo possível apurar os efeitos nas demonstrações contábeis da CODESA caso a dívida fosse reconhecida; Conciliação de depósitos judiciais, cuja confirmação externa obtida com os consultores jurídicos não menciona os depósitos judiciais conciliados com o saldo da rubrica, e no confronto de saldos encontramos diferença de R$ 4.906.022 a maior no saldo contábil, devido a alvarás antigos que não foram baixados contabilmente, estando, assim. o ativo não circulante, o patrimônio líquido e resultado da Companhia subavaliados neste montante; Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD - existência de valores vencidos há mais de 180 dias no montante de R$ 8.527.409, e a provisão constituída foi de R$ 4.073.999, demonstrando-se insuficiente para cobrir eventuais perdas; Apropriação fiscal da reversão de depósitos judiciais – a Companhia realiza a reversão das provisões na medida em que os depósitos judiciais são baixados, em conformidade com os alvarás. Contudo nem sempre os processos judiciais baixados no ativo são ou foram objetos de provisão no passivo, como também o valor da provisão realizada no passivo pode ou não, ser igual ao valor ora depositado; e Adiantamento para futuro aumento de capital - a Companhia mantém registrado na rubrica "Obrigações Societárias - AFAC", no passivo não circulante, o montante de R$ 202.250.970 em 31 de dezembro de 2018 relativo aos adiantamentos para futuro aumento de capital dos seus acionistas (Governo Federal e Governo Estadual), registrado conforme determina a Resolução CFC 1.159/2009, consequentemente superavaliando o passivo não circulante e subavaliando o patrimônio líquido. As ressalvas mencionadas nesse parágrafo foram regularizadas no decorrer do exercício de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é a responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data desse relatório
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é a responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb

resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRCRS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1CRCRS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

VI. PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA**, cumprindo o disposto no inciso V, art. 142, da Lei nº 6.404/76, e art. 52, incisos IV, XIII, XXXVII e XLVII do Estatuto Social, tendo examinado o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, bem como parecer do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, considerando as manifestações exaradas por todos os participantes presentes na reunião 536ª Reunião, de 26 de março de 2020, e que não houve apontamento de falhas, erros e/ou fraudes nas contas apresentadas, até o momento, manifesta-se favoravelmente pelo encaminhamento do Relatório de Administração relativo ao exercício de 2019, ao Conselho Fiscal, bem como as Demonstrações Contábeis, que, conforme os Auditores Independentes, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Determina-se ainda que o COAUD explore as questões apontadas acerca da aplicação do CPC-06 (imobilizado e arrendamentos) para um posicionamento definitivo deste Comitê, e conforme for, proceda os eventuais ajustes que se façam necessários nas contas apresentadas. Informa-se ainda que não haverá destinação de parte do lucro e provisionamento para o Programa de Lucro e Resultados – PLR, face ao prejuízo contábil acumulado no exercício. Após manifestação Colegiada do CONFIS, o Conselho determina o encaminhamento dos documentos, na forma da Lei, à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Vitória - ES, 26 de março de 2020.

MARIANA PESCATORI CÂNDIDO DA SILVA
Presidente

HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO
Membro

DANIEL RODRIGUES ALDIGUERI
Membro

PAULO VIEIRA PINTO
Membro

MOACIR REZENDE CORDEIRO
Membro

VII. PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇOES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2019

1. O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA, em sua 466ª Reunião Extraordinária, realizada entre os dias 26/03/2020 e 27/03/2020, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos II e III do Artigo 82 do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, à vista do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis e do Relatório Circunstanciado de Auditoria, de 20/03/2020, ambos da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) referente ao Exercício de 2019, de 26/03/2020.

2. O Conselho Fiscal, considerando a manifestação prévia favorável do Conselho de Administração da Companhia quanto ao teor dos documentos "Relatório de Administração 2019" e "Demonstrações Contábeis 2019", conforme Parecer de 26/03/2020, lavrado por ocasião de sua 536ª Reunião, e considerando as informações gerenciais, financeiras, contábeis e orçamentárias disponibilizadas, **OPINA**, nos limites de suas competências estatutárias e regimentais, no sentido de que o "Relatório de Administração 2019" e "Demonstrações Contábeis 2019" refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia, as quais estão em condições de serem submetidas à Assembleia Geral para a apreciação dos Acionistas, com as recomendações apresentadas no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis e do Relatório Circunstanciado de Auditoria, de 20/03/2020, ambos da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, e ressalvas do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) referente ao Exercício de 2019, de 26/03/2020.

3. O Conselho Fiscal registra, ainda, a título de recomendação, que sejam realizadas as seguintes ações: **(a)** verificar o baixo retorno dos recursos da Companhia em aplicações financeiras, na ordem de 87,01% do CDI, devendo registrar que, em virtude da análise mensal destes números por este Conselho, que indicavam rendimento acima do CDI, parece tratar-se de erro na especificação do índice; **(b)** organizar sistema de apuração de responsabilidade e de ressarcimento por prejuízos causados à Companhia, observando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa; **(c)** verificar aderência da aplicação no Fundo Embraer e no Fundo de Investimento Setorial ao Decreto-lei n.º 1.290/1973 e Resolução BACEN n.º 3.285/2005; **(d)** verificar, de imediato, quando do recebimento de requerimentos administrativos ou documentos judiciais, se pedidos que venham a causar risco provável de danos financeiros e patrimoniais à Companhia ainda tenham fatos geradores em curso e, em caso positivo, que procure cessar a situação de maneira célere, para evitar o prolongamento da desconformidade e, por consequência, diminuir o potencial de risco à Companhia; **(e)** atentar ao grupo de receitas "movimentação de carga", haja vista ser relevante dentre todas as auferidas pela Companhia, e ter parcela significativa de seus contratos com vencimento em 2020; **(f)** adotar políticas de pessoal que evitem e mitiguem a ocorrência de pagamentos a funcionários em valores superiores ou próximos daqueles recebidos por diretores e pelo diretor-presidente, e avaliem os potenciais riscos de futuras correções monetárias ou aumentos remuneratórios para os cargos e funções da Companhia, em virtude da empresa ter apresentado sucessivos prejuízos nos últimos anos, e da rubrica de pessoal ser despesa relevante nos custos, e; **(g)** executar ações que viabilizem a sustentabilidade do sistema VTMIS, como a redução de custos ou obtenção de receitas adicionais, haja vista ter ficado a cargo da Companhia a responsabilidade exclusiva pela sua manutenção, e que, para tal, há necessidade de desembolsos financeiros relevantes.

4. Por fim, destaca a manifestação de ressalva de dois dos três membros do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), consignada no "Relatório Anual Resumido do CAE Relativo ao Exercício Social de 2019", de 26/03/2020, quanto à questão contábil relativa à aplicação do CPC 06, que trata dos arrendamentos operacionais e financeiros e das adequações realizadas no Ativo Imobilizado. Este Conselho Fiscal manifesta preocupação quanto a este item, no sentido de que, caso prevaleça a tese do CAE, pode haver impacto na correta avaliação patrimonial da Companhia. Assim, recomenda que o assunto seja devidamente estudado e tratado, no decorrer do exercício de 2020, por parte da administração da empresa.

Vitória, 27 de março de 2020

CARLOS RENATO DO AMARAL PORTILHO
Conselheiro Presidente

LUCIANO FAVARO BISSI
Conselheiro

DISNEY BARROCA NETO
Conselheiro

***Errata**
Na Nota Explicativa 4. Caixa e equivalentes de caixa, ao final do 3º parágrafo, onde se lê "... gerou ganhos de 87,01% em relação ao CDI", leia-se "... gerou ganhos de 14,65% acima do CDI". Esta rentabilidade foi informada ao Conselho Fiscal.

Protocolo 578011

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 22 de Abril de 2020 às 0:00:00
Código de Autenticação: b59c5ccb